

ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 21-02-2022.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvonni Medina, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alexandre Bobadra, Aline Kerber, Cassiá Carpes, Jessé Sangalli, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel e Mauro Zacher. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 081/21 (Processo nº 1257/21), de autoria de Bruna Rodrigues e Daiana Santos; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 341 e 420/21 (Processos nºs 0815 e 0996/21, respectivamente), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 525/21 (Processo nº 1195/21), de autoria de Mônica Leal. A seguir, foi apregoado comunicado de autoria de Pedro Ruas, informando ter retornado ao exercício do mandato no dia dezessete de fevereiro do corrente, tendo o Presidente informado que cessara, na mesma data, o exercício da vereança por Fran Rodrigues. Também, foi apregoado requerimento de autoria de Pedro Ruas, Líder da Bancada do PSOL, solicitando licença para tratamento de saúde para Roberto Robaina do dia vinte e um de fevereiro ao dia três de março do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Aline Kerber, informando-a que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Pedro Ruas, Líder da Bancada do PSOL, informando o impedimento de Prof. Alex Fraga, Fran Rodrigues, Natasha Ferreira e Laís Mandato Coletivo em exercerem a vereança do dia vinte e um de fevereiro ao dia três de março do corrente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento, a Aline Kerber. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e nove minutos às quatorze horas e quarenta minutos. Após, o Presidente registrou a presença de Sebastião Melo, Prefeito Municipal, e concedeu-lhe a palavra. Durante seu pronunciamento, o Prefeito comunicou que Claudio Janta exerceria o cargo de Líder do Governo e que Cláudia Araújo e Hamilton Sossmeier exerceriam o cargo de Vice-Líder do Governo. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e sete minutos às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Claudio Janta, Aldacir Oliboni, Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Mari Pimentel, Cassiá Carpes, Hamilton Sossmeier, Lourdes Sprenger, Daiana Santos, Jonas Reis e Gilson Padeiro. Em prosseguimento, o Presidente registrou

o COMPARECIMENTO de Rodrigo Sartori Fantinel, secretário municipal da fazenda, e concedeu-lhe a palavra a fim de se pronunciar acerca das principais ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Fazenda. A seguir, Jonas Reis, Aldacir Oliboni, Moisés Barboza, Claudio Janta, Felipe Camozzato, Daiana Santos e Pedro Ruas pronunciaram-se acerca do tema em debate. Ainda, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Rodrigo Sartori Fantinel. Foi APROVADO requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, por VINTE E SETE VOTOS SIM e DOIS VOTOS NÃO, em votação nominal solicitada por Lourdes Sprenger, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Aline Kerber, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Lourdes Sprenger e Márcio Bins Ely. Foi APROVADO requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi APROVADO requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 003/22 (Processo nº 0051/22), após ser discutido por Aldacir Oliboni, Karen Santos, Jonas Reis e Laura Sito. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/22, foi APROVADO requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Leonel Radde, ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/22, foi APROVADO requerimento de autoria de Leonel Radde, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Leonel Radde, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi votada destacadamente e REJEITADA a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/22, por DOZE VOTOS SIM e VINTE E UM VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Karen Santos e Cláudia Araújo, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Aline Kerber, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Pedro Ruas e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e REJEITADA a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/22, por

DOZE VOTOS SIM e VINTE E DOIS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Leonel Radde, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Aline Kerber, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Pedro Ruas e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi APROVADO o Projeto de Lei do Executivo nº 003/22, por TRINTA E SEIS VOTOS SIM, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Aline Kerber, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Às dezessete horas e cinquenta e sete minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim, Giovane Byl e Mari Pimentel. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pela 1ª Secretária e pelo Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde a todos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Convido o diretor legislativo a proceder à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, trinta e um Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Apregoo o Memorando nº 004/22, firmado pelo Ver. Pedro Ruas, líder da bancada do PSOL, solicitando Licença para Tratamento de Saúde para o vereador Roberto Robaina, do dia 21 de fevereiro ao dia 03 de março de 2022. Em razão da Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Roberto Robaina e em razão da impossibilidade de os suplentes Prof. Alex Fraga, Fran Rodrigues, Natasha Ferreira e Laís Mandato Coletivo assumirem a vereança, a suplente Aline Kerber assumirá a vereança.

Informamos que se encontra presente no plenário a suplente Aline Kerber e que já entregou à Mesa sua declaração de bens e diploma.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Convido a deputada federal Fernanda Melchionna a fazer parte da Mesa e a assistir à posse da suplente Aline Kerber.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Aline Kerber prestará a seguir.

SUPLENTE ALINE KERBER (PSOL): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Declaro empossada a Ver^a Aline Kerber. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Aline Kerber, V. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE.

A Ver^a Aline Kerber está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA ALINE KERBER (PSOL): Cumprimento as vereadoras e vereadores presentes em nome do Presidente Cecchim; deputada federal, nossa líder, Fernanda Melchionna. Hoje é um dia muito feliz para mim e para a nossa luta na Associação Mães e Pais pela Democracia – MPD, uma luta por uma educação democrática, inclusiva, laica e plural. A primeira vez que estive nesta tribuna foi em 2018, para defender o meu filho, que ali está, e os estudantes das escolas particulares de Porto Alegre, que fizeram uma linda manifestação de resistência depois do resultado eleitoral catastrófico do nosso País. Eles já previam que a luta seria enorme, e, pelas mãos dos nossos filhos e filhas, vimos nascer a flor mais linda pela democracia na nossa cidade, a Associação Mães e Pais pela Democracia. Em razão da minha trajetória na defesa dos direitos humanos, como socióloga especialista em segurança pública, acabei sendo eleita pela MPD, ativismo que exerço com muito compromisso público e paixão. Paixão é a marca da minha vida, foi da minha campanha e será do mandato como vereadora desta cidade.

Aprendi na caminhada que não ando sozinha, apesar de não ter mais meu pai a meu lado, falecido nessa pandemia, nem a minha mãe velha, que faleceu quando eu tinha dez anos, encontrei, ao longo da vida, e mais agora na Mães e Pais pela Democracia, centenas de mães e pais, seres humanos de luta, abnegados, e que fazem essa batalha constante e muito forte por justiça social e por uma educação de qualidade, voltada aos invisibilizados.

Quero agradecer os aguerridos e aguerridas, companheiros e companheiras, Júlio Sá, Marcelo Prado, Gabi, Pati, Edu, Volnei, Miriam, pelo companheirismo, confiança e por serem exemplos de amorosidade e combatividade.

Agradeço o Ver. Robaina, que está de Licença para Tratamento de Saúde, pela oportunidade, demais vereadores, suplentes, que me possibilitaram esse espaço, e à nossa líder, deputada Fernanda Melchionna, pela força que inspira uma geração inteira de mulheres e jovens da nossa cidade.

Fiz minha carreira profissional na segurança pública. Como funcionária do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, implementei e coordenei o primeiro observatório de segurança no País, Observatório de Segurança Pública de Canoas, depois, pela Faculdade de Direito de Santa Maria, fizemos o Observatório da Criminalidade de Bagé, o Observatório de Segurança e Mobilidade Urbana de Esteio, e o Observatório de Segurança Cidadã de Novo Hamburgo, lugar em que nasci. Pude fazer uma entrega importante que nos deu um prêmio nacional de política de prevenção às violências, pelo projeto Escola Mais Segura. Sou autora de vários livros de segurança cidadã, mas o que mais me orgulha é o livro que fizemos pela Mães e Pais pela Democracia, *Educar com Amor e Liberdade* – ensaio sobre maternidade, paternidade e política. Ao lado do meu companheiro de vida, Eduardo Pazinato, fizemos todos esses projetos, coordenamos a Academia Estadual de Guardas Municipais do RS, mas, sem dúvidas, os nossos maiores sonhos realizados se chamam Guilherme e Téó, nossos filhos. Para eles, por eles e por todos os filhos e filhas da nossa cidade, estou aqui para deixar a nossa marca e um legado ético em defesa da vida, da educação e das crianças. Como filha da educação pública e da UFRGS, venho aqui para defender a educação pública de qualidade.

Em fevereiro de 2021, no pior momento da pandemia, chegamos a ter 506 óbitos, pela Covid, em um dia, no Rio Grande do Sul. Nós, da Mães e Pais pela Democracia, ingressamos com a ação civil pública que suspendeu as aulas presenciais em todo o Rio Grande do Sul, por dois meses, durante a bandeira preta e sem vacinação de professores. Essa ação civil pública trouxe uma avalanche de ódio que nos atacou, mas não nos intimidou. E já aviso: o que tenho é coragem de sobra, coragem para enfrentar o fascismo dos nossos tempos e todo o tipo de opressão, mas que, logo, tenho certeza, passarão. Tenho convicção de que tempos melhores virão, e como me ensinou a minha tia que aqui está, na minha frente, inspiração na minha vida, assim como o meu irmão Leandro, os sonhos não envelhecem. Quero transformar os nossos sonhos em realizações para as crianças e adolescentes da nossa cidade, com o programa municipal de proteção das crianças e adolescentes órfãos da Covid. Agradeço o apoio das Associação das Vítimas de Familiares da Covid-19, que também estão aqui presentes neste momento. Encerro com um texto da Bell Hooks, uma ativista feminista negra, norte-americana, que nos ensinou tudo sobre o amor e transgressão e que nos deixou no final do ano passado. Ela questiona: "Que formas de paixão podem nos tornar mais íntegros? A quais paixões podemos nos entregar com a certeza de que elas expandirão e não diminuirão a promessa de nossas vidas?" E ela responde: "A busca de um conhecimento que nos permita unir teoria e prática é uma dessas paixões." E é o que significa este momento aqui para mim e para nós, ao lado de tantos companheiros aguerridos aqui – a Juliana Prestes, a Monique Prada, a Luli, a Martina, o Emanuel Corrêa, a Tânia e a Mirela, da Vila Maria, o Rafa Rafuagi –que, juntos construímos

tantos projetos importantes e pesquisas importantes na Casa da Cultura Hip-Hop de Esteio e no Museu do Hip-Hop /RS. A conquista é nossa hoje, está apenas começando. Reafirmando Paulo Freire, concluo: "Uma das tarefas políticas que devemos assumir é viabilizar os sonhos que parecem impossíveis." Obrigada, boa luta e contem com a gente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver.^a Aline Kerber. Cumprimentos à deputada Fernanda Melchionna por estar aqui nesta sessão prestigiando a vereadora que assumiu.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprecio o Memorando nº 003/22, firmado pelo Ver. Pedro Ruas, líder da bancada do PSOL, informando ter retornado ao exercício do mandato nessa data, cessando, nesse momento, a sua Licença para Tratamento de Saúde, iniciada no dia 14 de fevereiro de 2011, bem como o exercício da vereança, em substituição, pela suplente Fran Rodrigues (documento 0343104, SEI nº 207.00003/2022-22).

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, diretor. Em nome da Casa, desejo uma pronta recuperação ao Ver. Roberto Robaina, que é um valente, e vamos esperar a sua recuperação para tê-lo aqui logo no nosso convívio.

O nosso prefeito Sebastião Melo está no plenário e, de pronto, convido-o para que venha fazer parte da Mesa.

Suspendo a sessão por um minuto.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h39min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h40min: Estão reabertos os trabalhos. O Sr. Prefeito Sebastião Melo está com a palavra.

SR. SEBASTIÃO MELO: Meu caro Presidente Idenir, trago aqui não só o meu abraço, mas do nosso governo, da nossa equipe e, ao abraçá-lo, quero estender aos líderes das bancadas e de resto aos demais 35 vereadores e vereadoras desta Casa, a qual servi por 12 anos. Penso que a harmonia entre os poderes, cada um cumprindo o seu papel com a cidade, tem trazido resultados importantes para a vida da cidade e para a vida das pessoas. O ano passado, esta Casa acolheu aqui mais de 60 projetos que eu diria que não são projetos do prefeito; são projetos da cidade, de uma cidade que se transforma a cada dia, de uma cidade que tem todos os desafios que tem o Brasil. Hoje, 86% das pessoas vivem nas cidades. Então, os problemas estão nas cidades, mas as soluções passam pelas cidades. Quero agradecer o apoio desta Casa também, pois parece que vocês vão enfrentar hoje as contratações emergenciais do DMAE. Nós estamos vivendo um problema sério de água na cidade. Nunca deixei de reconhecer

isso, não é uma coisa de ontem, nem de anteontem. Acho que nos últimos dez ou 15 anos houve um problema sério de planejamento e que nos leva, hoje, a desafios, seja na Zona Leste, seja na Lomba do Pinheiro, mas especialmente quando terminar a obra da Ponta do Arado, Restinga, Pitinga e Lomba do Pinheiro vão estar resolvidas. Mas precisamos de obras pesadas ali na região da Zona Leste para enfrentar esse tema das ocupações irregulares. As pessoas não moram no pé do morro porque querem, é porque não foi dada a elas outra oportunidade. Nós precisamos da compreensão desta Casa, do Ministério Público de estender, por onde for possível, a rede d'água, e é o que nós estamos fazendo.

Quero também dizer a esta Casa que, se o governo federal aportar os recursos para financiar aqueles que andam no sistema de transporte coletivo, que têm acima de 65 anos e que hoje representam mais de 70 milhões no sistema, eu quero dizer que o nosso governo não vai alterar o preço da passagem. Mas só não alterará, se tiver o aporte, porque não é possível o que está na Constituição, que é ratificado pelo Estatuto do Idoso, pois hoje quem paga esta conta é o camelô, é o informal, é aquele que não pode pagar. Eu quero dizer a esta Casa o que eu disse quando fui Presidente dela, o que eu disse quando era vereador, quando era vice-prefeito e como deputado: para mim, isenção tem que ter necessidade, não basta ter idade. Tem muita gente que tem idade e que poderia pagar, mas não paga, e tem gente que tem idade de 15, 16, 17 anos, 30 anos e não pode pagar. Esses não deverão pagar, mas o sistema, no Brasil, é de privilégios. Pobre não arruma dinheiro em banco, porque está no SPC. E assim vale também para essa questão. Mas essa é uma questão que eu quero debater com vocês. Penso que vocês reduziram isenções, a questão dos cobradores, que são temas importantes que nós queremos continuar este ano. Mas eu vim a esta Casa primeiro para fazer dois agradecimentos: ao líder Cecchim que cumpriu com muita maestria, com muito equilíbrio, Cecchim, nós que somos amigos e companheiros de caminhada há quarenta e tantos anos, você foi um líder brilhante nesta Casa, durante o ano que passou e teve ao seu lado também uma vereadora que merece todo o meu aplauso, meu carinho, meu respeito, que é a Ver.^a Comandante Nádia, que foi vice-líder ao seu lado e que, muitas vezes, exerceu a liderança do governo na sua ausência ou pelo seu impedimento. Não estou vendo a Nádia aqui, onde ela estiver, não sei se ela está por videoconferência, mas eu queria deixar um abraço muito especial para ti, Cecchim e para a Nádia que cumpriram aqui papéis importantes de lideranças. E numa costura, numa construção coletiva, como é o nosso governo, eu vim anunciar a esta Casa hoje que o próximo líder é o Claudio Janta e terá como vice-líder Cláudia Araújo e Hamilton Sossmeier, que serão os dois vice-líderes que irão acompanhar o líder neste ano de trabalho. Quero pedir a compreensão de vocês, o nosso governo é de diálogo, é de construção. O líder fala pelo governo, mas os vereadores têm acesso ao prefeito a toda hora, a todos os secretários a todo o momento. Vocês sabem como eu trabalho, às vezes, quando eu não consigo responder a uma ligação não é porque eu não queira, é porque naquele momento estou impedido, mas todas as contribuições dos vereadores são bem-vindas ao governo, sejam dos vereadores independentes, sejam dos vereadores da base do governo, sejam dos vereadores da oposição, porque todos amam esta cidade e todos

querem bem esta cidade. Por isso, Cecchim, muito obrigado mais uma vez e a nossa disposição – o secretário da Fazenda está com vocês hoje aqui para poder dialogar sobre as finanças. E agradeço mais uma vez essa parceria, esse respeito. Quando eu vejo um partido da oposição, recebo com aplauso de quem não concorda porque quem não é democrata é que não gosta de oposição. Eu sou democrata e, todas às vezes que recebo uma boa crítica da oposição, acho que ela vem para contribuir porque é uma visão diferente, que quer ajudar, que quer construir. Muito obrigado, Cecchim, obrigado, Nádia, pelo carinho; muito obrigado, Janta. Desejo a ti e aos vice-líderes muito sucesso, porque o sucesso de vocês é o sucesso da nossa cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Muito obrigado, prefeito. Tenho certeza de que a Ver.^a Nádia está assistindo *online*. Obrigado em nome dela também. Cumprimentos ao Ver. Cláudio Janta, novo líder do governo, e aos vice-líderes Ver. Hamilton Sossmeier e Ver.^a Cláudia Araújo. Sucesso nessa empreitada a esses nobres vereadores.

Suspendo a sessão por dois minutos para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h47min.)

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h54min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Idenir Cecchim; vereadores; vereadoras; ilustre prefeito Sebastião Melo, que nos visita no dia de hoje, sentado na cadeira que já ocupou, eu quero aproveitar inicialmente para saudar o Ver. Cláudio Janta como novo líder do governo na Casa, bem como os vice-líderes Ver.^a Cláudia Araújo e Ver. Hamilton Sossmeier, indicados e nomeados agora por Sua Excelência, o prefeito municipal. E quero fazer um apelo, prefeito, e V. Excelência sabe o quanto tenho me dedicado a isso e como é importante esse tema para nós. O nosso País, prefeito, passa fome, o nosso Estado passa fome e, lamentavelmente, a nossa capital também passa fome. Os dados que nós temos indicam que precisaríamos distribuir 50 mil cestas básicas por mês, e nós distribuimos, pelo Município, 10 mil, 20% do necessário. Vossa Excelência, prefeito, me recebeu e me visitou sobre o mesmo tema, e eu procurei o Tribunal de Justiça, procurei o Ministério Público, a Câmara de Vereadores, a Assembleia Legislativa, em busca de orçamento para melhorar essa situação, para diminuir esse sofrimento brutal. Mas faço aqui um apelo a Vossa Excelência, aproveitando a sua presença, que eu sei que valoriza a posição da oposição. Nós temos que mudar esse cenário, eu sei do esforço da FASC, eu sei do trabalho da

presidente Cátia Lara, que eu respeito muito, mas nós temos que mudar esse cenário, não é mais possível convivermos com tamanha miséria e fome. A tal da fórmula jurídica, que faria parte do orçamento do Tribunal de Justiça ou do MP ou de outros, não apareceu porque os orçamentos poderiam auxiliar o da Prefeitura. Nós não tivemos a condição, e eu não tive retorno da Procuradoria Municipal nesse sentido. Mas nós temos de melhorar agora! Eu fui ver prefeito, as pessoas recebendo a cesta básica no CRAs da Glória, às 8h distribuem 12 cestas – esses dados a FASC pode conformar. As pessoas têm de chegar às 5h30min. para receber – e ali, Ver. Matheus, geralmente são mulheres, aliás, quando eu fui lá eram todas mulheres, uma cesta de 30 kg. Levaram 30 kg a pé para casa, 30 kg! Vossa Excelência me falou na ideia de um *voucher*; tem que se implementar imediatamente. Não podem mais ser 10 mil cestas básicas, têm de ser 30 mil, pelo menos, mas o projeto é para 50 mil. Tem de fazer um apelo, tem de ter orçamento do Tribunal de Justiça, do governo do Estado, do MP; nós temos de buscar essas normas jurídicas. Nós não podemos mais conviver, prefeito, com a brutal fome na capital dos gaúchos. Eu fiz questão de falar, enquanto Vossa Excelência estava aqui, e agradeço a atenção. Este é o tema das nossas vidas, esse é o tema maior de todos: não permitir que Porto Alegre continue a passar fome. Gostaríamos de influenciar o Brasil, mas o nosso alcance, vou concluir, está em Porto Alegre. Nós faremos a nossa parte, contamos que Vossa Excelência faça a sua também. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente Idenir Cecchim, Sr. Prefeito Sebastião Melo, colegas vereadores e vereadoras. Ver.^a Cláudia Araújo e Ver. Hamilton Sossmeier, é um prazer, uma honra, assumir a liderança do governo de Porto Alegre, um governo em que, desde o seu início, nós acreditamos que possa fazer o melhor para o povo de Porto Alegre, e vem fazendo. Tenho certeza de que, sendo a voz do prefeito neste Legislativo, nossa voz será aquela com que nós falamos na campanha: a voz do diálogo, a voz da conversa, a voz de abrir as portas, a voz de resolver as divergências transformando-as em convergência. Isso foi o que nós pregamos em ruas, bairros, vilas, praças, programas de rádios, TVs, nos nossos materiais, no sentido de que nós iríamos trazer para a cidade de Porto Alegre o diálogo, que nós iríamos trazer as necessidades de no nosso povo, desde o povo mais humilde até as pessoas que geram emprego nesta cidade, as pessoas que permitem que a gente more nesta cidade. E o governo vem cumprindo o seu papel, o governo vem fazendo o seu papel. Na liderança do Cecchim e da Nádia, o governo obteve grandes vitórias no primeiro ano, e algumas pessoas me diziam que, se eu fosse aceitar, seria no pior momento, pois, dizem, no segundo e terceiro ano é que vêm as dificuldades do governo. Eu quero dizer que hoje nós temos – e já foi dito até em protestos – um chinelão dirigindo o Paço Municipal e um chinelão de líder. Hoje, nós temos uma pessoa que veio lá de Goiás para dirigir a

nossa cidade e uma pessoa que veio lá do Morro da Cruz para dirigir esta Câmara de Vereadores, junto com todos os colegas, para ser a voz do prefeito na Câmara de Vereadores e com um único intuito: convergir para o bem do povo de Porto Alegre; convergir para o que nós nos propusemos nessa cidade com a população de Porto Alegre que permitiu que o Melo e o Ricardo assumissem a Prefeitura. Seremos a voz do governo, seremos o diálogo do governo, na Câmara de Vereadores, com a oposição, com os independentes, com a base do governo, com a direita, com a esquerda, com os católicos, com os protestantes, com os evangélicos, com os batuqueiros, com toda a cidade de Porto Alegre. Nós, os 36 vereadores, representamos toda a cidade de Porto Alegre, e o governo, tenho certeza disso, quer continuar a dialogar com toda a cidade de Porto Alegre, não interessando se o projeto é de A, B ou C, pois o que interessa é se o projeto é para o bem da cidade.

Muito obrigado, Melo, pela honra de eu ser a voz da Prefeitura na Câmara de Vereadores de Porto Alegre junto com o Hamilton e com a Cláudia; estamos juntos trabalhando com todos vocês. Ninguém faz nada sozinho, o governo não faz nada sozinho, as lideranças do governo não farão nada sozinhas, faremos tudo junto, no coletivo, buscando o melhor para o nosso povo. Muito obrigado Cecchim e Melo por esta nova empreitada que enfrentamos na vida.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Idenir Cecchim, os colegas vereadores e vereadoras e, de modo especial, o nosso prefeito Municipal de Porto Alegre que nos dá a honra desta visita para anunciar o novo líder e os vice-líderes do governo. Estávamos esperando, ansiosamente, até porque é nesse plenário que se tem o exercício da democracia. O nobre sempre vereador e deputado estadual Sebastião Melo, hoje prefeito, cobrava, incansavelmente, quando, na verdade, não havia esse diálogo e interlocução no plenário, e não foi só aqui, Ver. Cecchim, mas também nas comissões; fomos colegas. E o Melo conseguiu, embora depois de uma longa insistência, ser prefeito da nossa capital. Olhe a enorme responsabilidade, prefeito, e essa responsabilidade nos remete a um diálogo mais profícuo com a oposição. A oposição não morde ninguém, não mata ninguém; a oposição quer que ouçam aquilo que ela está propondo, como, por exemplo, nos projetos que o prefeito apresenta, suas emendas, uma vez que os projetos são de iniciativa do Executivo. Hoje, por exemplo, no projeto do DMAE, o qual nós elogiamos a iniciativa de pode substituir ou instituir as vagas existentes por trabalhadores temporários, mas não é o ideal, pois é uma entidade pública e tem de haver o compromisso de, ao longo prazo, fazer concurso público para poder dar estrutura a esta entidade que tem uma enorme responsabilidade com a cidade. Por um lado, nós estivemos no Morro da Cruz, há poucos dias, em função da falta de água. E o nobre

prefeito ouviu o clamor da população da periferia da cidade, mas não foi só lá, mas também na São José, na Glória, na Lomba do Pinheiro, na Bom Jesus, na Antônio de Carvalho. Nesse caso, tem de haver frentes de trabalho que possibilitem, também, aos moradores daquela região poder, *in loco*, fazer a urgência de vida. O nobre prefeito, naquela ocasião decretava estado de emergência para possibilitar a compra das caixas d'água. Mas isso não era suficiente. Nós precisamos, sim, constituir novos pontos de subestação, como também as linhas, as redes, para a água chegar aos moradores.

Mas olha o que aconteceu hoje, nobre prefeito, em Porto Alegre, no início das aulas. Muitas destas escolas não tinham trabalhadores para fazer a limpeza e nem professores para dar aulas, porque são muitas as matérias que ainda faltam professores. Será que é uma medida concreta, real, sem nenhuma fala concreta do nosso prefeito, quando diz que é preciso, sim, ter o passaporte vacinal. Junto com isso vem uma ação de emergência da Secretaria da Saúde para vacinar as crianças, porque nem todas estão vacinadas? Eu sei que o governo defende a vacinação e não a negação da vacinação, como fazem alguns desavisados. Então, a nossa oposição Prefeito, pode ter certeza, é responsável e capaz de mostrar a alternativa que nós defendemos, mas está aberta ao diálogo e à compreensão para construir possibilidades, para reduzir as desigualdades e construir uma cidade para todos. Esta que é a verdade. Esperamos que o senhor tenha êxito no seu mandato, até porque o tema que Vossa Excelência traz, por exemplo, sobre as ocupações, e nós não queremos que haja decretos de despejo. As pessoas passam por um momento de pandemia e, infelizmente, um dos assuntos que eu vou falar com o prefeito, na próxima semana, é sobre uma comunidade que recebeu ordem de despejo da Smamus, da Smurb. Nesse sentido, queremos reforçar o diálogo para construir uma cidade para todos. Bem-vindo, prefeito. Parabéns ao novo líder do governo, Ver. Claudio Janta, como também aos vice-líderes, Hamilton e Cláudia. Democracia acima de tudo.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Giovane Byl assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente, Giovane, e prefeito Melo, quero aproveitar a oportunidade para trazer um abraço. Gostaria também de cumprimentar o Janta, o novo líder do governo, e seus vice-líderes; gostaria de desejar sucesso a todos. Mas eu estou me inscrevendo para falar, em liderança, e é bom que o prefeito Melo esteja presente, para lembrar que, há mais de cinco anos, apresentei um projeto de lei que foi aprovado e que prevê a fiscalização e sanções pelo não cumprimento da norma. O projeto obriga as empresas de telecomunicações, de energia elétrica e outras à retirada de fios e cabos dependurados e sem uso que nós temos na nossa cidade. Já andava ruim naquela época, passados muitos anos, e hoje a

coisa está ainda pior. Nós estamos com uma situação deplorável com relação a fios enrolados, dependurados nas nossas redes elétricas de telefonia e comunicação. Portanto, nós estamos aqui para pedir ao prefeito que oriente à fiscalização e às empresas para que, imediatamente, comecem a retirada desses fios e cabos porque o tempo previsto na lei passou e já findou há muito tempo. O encargo da retirada desses fios e cabos cabe às empresas; portanto, a Prefeitura precisa cobrar isso. Acho que o momento é oportuno, necessário e até já passou do tempo de atender àquela exigência de lei. Porto Alegre não está bem nesse quesito, não. Repito: é preciso necessariamente ação de governo, até porque as empresas muito pouco ou nada fizeram. Um abraço a todos e obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Giovane Byl; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Eu não podia deixar de subir a esta tribuna para falar na minha gratidão ao nosso prefeito Sebastião Melo pela confiança de ser sua vice-líder do governo e representar o prefeito na Câmara Municipal. Eu confesso a vocês que eu estou aqui na Casa há mais de três anos e fiz parte do governo passado, o qual eu não fazia questão de representar, eu trabalhei um ano e meio com meu gabinete somente. E hoje eu estou muito feliz por estar aqui representando o prefeito Sebastião Melo como sua vice-líder porque eu sei o quanto ele trabalha, eu sei o quanto ele luta por melhorias para a nossa cidade. A gente sabe que nem Jesus Cristo agradou a todo mundo e que não vai ser prefeito que vai conseguir. E, muitas vezes, para a gente obter sucesso, a gente precisa fazer algumas coisas que desagradam a alguns, mas a gente tem que pensar no todo, tem que pensar na grande maioria, tem que pensar em melhorias para a nossa cidade. A nossa cidade sofreu muito, por muitos anos, com más sugestões. E acho que o prefeito – e eu subi nesta tribuna no ano passado para dizer que ele acorda muito cedo, trabalha muito e dorme muito tarde, sempre pensando no melhor para cidade – não imaginava, quando ele assumiu como prefeito, porque ele sempre quis ser prefeito, o tamanho do problema que tinha que resolver sendo gestor de Porto Alegre, sendo prefeito de Porto Alegre. Mas todos os dias ele acorda com a missão de mudar, de fazer a diferença, de fazer a diferença na vida principalmente daquelas pessoas que mais precisam. O equilíbrio é o nosso melhor amigo. Apoiar o empresário, apoiar as comunidades fazem da nossa gestão uma gestão de sucesso. Então, eu quero agradecer ao prefeito Sebastião Melo pela confiança. Quero parabenizar a Ver.^a Nádia e o Ver. Cecchim, que foram brilhantes na condução na liderança e vice-liderança no ano passado, e dizer que nós faremos todo o possível – eu, o Ver. Sossmeier, eu e o nosso líder, o Ver. Janta – para que nós possamos deixar Porto Alegre ainda melhor. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores. Gostaria de, em nome da bancada do partido Novo, em nome do Ver. Felipe Camozzato e meu, parabenizar a escolha do líder do governo. Acho importante nós estarmos iniciando este ano legislativo com um novo líder do governo, Ver. Claudio Janta, a quem parabeno pela posse hoje nesse cargo de liderança, que é muito importante para a nossa cidade. Será um ano de muitos desafios, um ano em que a democracia será testada aos extremos, e eu tenho certeza de que estará aí, com o grande quórum de vice-líderes, e que Deus há de ajudar. A Ver.^a Cláudia Araújo e o Ver. Sossmeier têm muita competência para auxiliar ao longo dessa caminhada. Então, em nome da nossa da nossa bancada, desejo boa sorte, bom trabalho, conte conosco. Sabemos que a jornada é dura, mas a Câmara de Vereadores tem um ano de muita participação também na sociedade de Porto Alegre, precisamos votar muitos projetos, temos muitos desafios e nós estaremos aqui atuantes também para que a gente vença essas pautas e que Porto Alegre continue a prosperar, como foi em 2021 e será em 2022. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Prezado Ver. Giovane Byl, comandando os trabalhos, que brilhantemente recentemente assumiu a presidência da Casa; quero saudar aqui aqueles que saíram e que fizeram um grande mandato como líder e vice-líder – no caso o Ver. Cecchim e a Ver.^a Comandante Nádia –, foi um trabalho muito difícil, primeiro ano de governo, tentar unir esta Casa no plenário, chegando a uma maioria de 24 votos – 22 eram certos; 24 eram possíveis. Eu nunca vi aqui nesta Casa, nos meus quatro mandatos, nunca vi um prefeito ter tanto apoio como teve o nosso prefeito Melo: de 36, 24 vereadores apoiando naquelas horas mais difíceis, naqueles projetos mais complexos; portanto, eu acredito que são projetos que vêm atender aos interesses da cidade. Não quer dizer que em algum momento a oposição não teve projetos favoráveis; teve! Nós, em algumas oportunidades, votamos com a oposição. Se o projeto é bom, ele tem que passar. A Casa é soberana, este plenário é soberano no sentido de buscar o entendimento. O prefeito, pelo seu conhecimento, traz agora o Ver. Janta. Seja bem-vindo, Ver. Janta, conte com o nosso apoio, com a nossa bancada, com a Ver.^a Mônica e comigo. Neste ano, eu na liderança; no ano que vem, ela. Nós estamos nos revezando, isso é bom, democraticamente é muito bom, dando oportunidade a todos. Claudinha, tens o nosso apoio, somos muito amigos também, isso facilita o diálogo também com o Ver. Hamilton. Deem a oportunidade, quando entendemos que alguma coisa não tem consenso, possamos conversar. Porque nem

sempre nós vamos chegar a um consenso aqui e que tem que se buscar – não é, Ver.^a Mônica? –, alternativa de equilíbrio. E o Janta sabe muito bem disso. Nós estamos aqui para ajudar, mas às vezes nós temos que contemporizar, ou seja, buscar o entendimento. Então, deixamos aqui, em nome da bancada dos progressistas – a Ver.^a Mônica e eu – todo o nosso apoio para que possamos continuar mudando Porto Alegre, mudando para melhor, mudando para unir, para harmonizar e buscar o entendimento entre Executivo e este Legislativo, cada vez mais. Ver. Janta, sucesso! Tem o nosso apoio. Ver.^a Cláudia, Ver. Hamilton, contem conosco. Um abraço, saúde!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Presidente Ver. Giovane Byl; colegas vereadores, todos que nos assistem pela TVCâmara, é com muita alegria que eu quero agradecer por essa oportunidade, por essa missão que nos é dada e também já, de imediato, quero agradecer ao líder do governo, Ver. Claudio Janta, por ter cedido o espaço. Também quero agradecer pelo trabalho difícil, árduo, do ano passado, dos vereadores Idenir Cecchim e Comandante Nádia, que foram líder e vice-líder do governo no ano passado. Ao mesmo tempo, agradeço a confiança do prefeito Sebastião Melo, e que possamos, neste ano, com muito diálogo, com muita transparência, sabendo ouvir as pessoas, sabendo ouvir os prós e os contras, poder trabalhar num ano que é difícil no sentido de muitos posicionamentos em função das eleições que teremos para a presidência da República, para governador, para o Senado, para deputado federal, deputado estadual – são anos em que costumeiramente se exercem algumas divergências, alguns acordos. E nós, aqui, não podemos parar, porque cidade não para e nós temos muitas questões a serem definidas, muitos projetos a serem definidos, e nós estamos aqui não somente para servir a cidade, mas também para estar à disposição do governo, para estar à disposição da oposição, para estar dialogando, e essa é a nossa missão. Portanto, quero, de coração, agradecer também a confiança de todos os colegas e da liderança desta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente Ver. Giovane Byl; venho a esta tribuna cumprimentar o Ver. Janta, líder do governo. Iniciamos juntos essa trajetória aqui na Câmara, em momentos também muito difíceis, mas fizemos parte de grupos, e realmente, neste momento, é um líder experiente e que já está no seu terceiro mandato. Desejo uma boa gestão e que possamos ter bastante

diálogo, que possamos aprovar bons projetos, boas discussões. Também o Ver. Sossmeier, a Ver.^a Cláudia, os vice-líderes, desejamos que tenham esse conjunto que venha a nos facilitar decisões mediante informações do andamento dos trabalhos do Executivo.

Quero aproveitar esta tarde para também chamar atenção, Ver. Byl, dos problemas que estamos enfrentando na causa animal pelo excesso de animais nas ruas, pelo excesso de animais abandonados. Não há lares para todos, não há espaço no Município para todos. Contamos com a compreensão das pessoas que nos procuram porque nós temos, sim, atendimento como nunca teve na área da Unidade Médica Veterinária da Lomba do Pinheiro, consultas, exames, atendimentos estendidos às protetoras cadastradas, por edital, que antes era apenas castração, mas hoje tem todos os exames, todas as necessidades que precisam ao recorrer para atender um animal. Também as expositoras do Brechocão, que todos saibam, também têm atendimento - que não tinham - estendido, lá na Lomba do Pinheiro. Também está em andamento a implantação da descentralização para controle populacional em clínicas que tenham interesse de se inscrever e trabalhar para o Município por um valor mais econômico, mas que possa ajudar nesse controle populacional. Ninguém quer animais pelas ruas, doentes. Hoje as pessoas têm esse convívio familiar com os animais, não adianta as pessoas nos criticarem, porque, veja bem, os animais também salvam vidas. De todo o País, estão chegando animais para atender à tragédia de Petrópolis, e esses animais são capacitados pelo Corpo de Bombeiros e estão lá, farejadores, chamados socorristas. Então nós temos essa dedicação porque através dos animais também ingressam recursos nos cofres públicos, como impostos, entre outras receitas. Já que está aqui o secretário da Fazenda, a gente chama sempre atenção sobre esse aspecto.

Quero também lembrar das lideranças anteriores, cumprimentar o Ver. Idenir Cecchim, que também foi líder no início do governo; as lideranças dele e da Nádia foram importantes para aprovarmos um grande número de projetos aqui na Casa, e que continuemos assim, com bom senso, falando o que realmente é, sem demagogias, sem populismo e sem pensar em campanha eleitoral. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente Giovane Byl. Venho a esta bancada, em nome do PCdoB, saudar o nosso novo líder do governo, Ver. Claudio Janta, assim como a Ver.^a Cláudia Araújo e o Ver. Hamilton Sossmeier, que são os vice-líderes deste governo. Saúdo e desde já falo que é importantíssimo que nós tenhamos alinhados esse compromisso, porque se faz cada vez mais necessário para o andamento dos projetos e das propostas que dialogam com a realidade da população. Que nós estejamos atentos, mas principalmente juntos. Falo isso por conta das propostas relacionadas à educação, e aqui cito o Conselho Escolar,

que é importantíssimo. Seja muito bem-vinda, Aline Kerber, vereadora empossada neste momento no lugar do Ver. Roberto Robaina, ao qual também desejo melhoras. Além do Conselho Escolar, também falo relacionado à habitação, porque nós precisamos estar cada vez mais pensantes, para que não aconteça aqui em Porto Alegre tragédias como a que aconteceu em Petrópolis há poucos dias. É importantíssimo que nós estejamos pensantes e atuantes porque é a ação que vai fazer a diferença na vida das comunidades, em espaços extremamente precarizados, e aí também falo da água que nos últimos dias esteve em voga aqui. É muito importante nós tratamos do Morro da Cruz, assim como do Partenon, Restinga, Morro Santana, Rubem Berta, Mário Quintana e muitas outras comunidades que passaram por um período muito complicado, e algumas ainda passam. Óbvio, estamos em constante avaliação e num crescente, por conta de algumas ações que o governo vem propondo. Porém, isso não pode delimitar essas ações, Ver. Giovane Byl, nós precisamos de mais, e para isso se faz fundamental a ação da liderança e da vice-liderança do governo. Aproveito também para trazer à tona esse movimento do transporte público, porque no período em que nós estamos vendo a retirada de cobradores, o aumento da passagem, tendo toda uma série de problemas com a redução de linhas, que impacta diretamente na mobilidade da população de Porto Alegre. Isso, para nós, é fundamental. Ter esse diálogo amplo e direto com a liderança do governo, para nós é fundamental. Faço deste um momento de acolhimento àqueles que se fazem, como liderança e vice-lideranças do governo, dois vices, aliás, o que potencializa ainda mais as ações, mas também digo: é necessário que estejamos trabalhando juntos. Porto Alegre merece! Nesses 250 anos, Ver.^a Cláudia, nós queremos celebrar o avanço dos projetos que dialogam com a realidade da população, que falam do emprego e da renda, que falam de comida na mesa, que falam de tudo aquilo que se faz importante. É disso e é exatamente isso que o porto-alegrense merece. Em nome da bancada do PCdoB, encerro por aqui dizendo que nós nos somamos a todos aqueles e aquelas que têm responsabilidade com a população porque nós sabemos o quanto é necessário mobilizar nas bases, nas mais distantes comunidades, Ver.^a Cláudia, a senhora que transita pela cidade sabe muito bem disso, para que a população tenha o mínimo de respeito. Nossa responsabilidade, enquanto vereadores e vereadoras desta Casa, é para isso. Contem conosco e sejam muito, mas muito felizes nesta gestão. Eu espero que ao final deste ano possamos celebrar essas conquistas para a população.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Jonas Reis está com palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha os trabalhos desta Casa, venho aqui em nome do partido das trabalhadoras e dos trabalhadores falar de um tema importantíssimo, que os governantes que não gostam dos trabalhadores, que não gostam das crianças, não gostam das juventudes, negligenciam. Viram as costas para o povo. Todo outubro, de dois em dois anos, eles

pedem votos, eles sorriem, eles apertam a mão, eles caminham nas zonas populares e dizem: vai ter água, vai ter educação, vai ter tudo. Mas o fato é que no ano passado, este prefeito deixou de investir R\$ 177 milhões. Não são R\$ 177 mil, são milhões de reais que deixaram de chegar nas escolas, as escolas, Ver. Oliboni, que precisam de reformas, que precisam de professores, sim. Hoje, vou dar só um exemplo, a escola Ildo Meneghetti, uma escola grande lá na Zona Norte não conseguiu ter aulas presenciais porque não tinham professores, faltavam dois pedagogos, professor de matemática para quatro turmas, português para cinco turmas, ciência, educação física, arte. Não há professor que não falte lá, e o pior de tudo: em plena pandemia a incompetência gestora deste prefeito. Não venham dizer que a culpa é do secretário, da secretaria, do fulano... Não é só deles porque eles rezam a cartilha do prefeito, o prefeito manda e eles obedecem. E ela não mandou para a escola funcionários para fazer a higienização e estava lá a diretora, às 7h30min, tendo que dizer da má gestão do governo Melo. Na sexta-feira, este prefeito demitiu o último servidor, o último funcionário de escola foi demitido na sexta-feira e, na segunda-feira, ele mandou voltar às aulas. Mas no jornal, ele não fala, aqui ele vem todo bonito e elegante, engravatado, dizer "Obrigado, Cecchim, obrigado, Nádia, e tchau-tchau, povo.". É obrigado para os políticos e tchau-tchau para a população. A população não tem acesso àquilo que paga caro: quase R\$ 10 bilhões é o orçamento deste ano, e os professores estão com salário archoado há quase seis anos, menos 30% nos salários. Mas eles têm que ir para a escola sem ninguém para higienizar. São vidas colocadas em risco. Que prefeito é este, que governo é este que se pauta a tarde toda em eleição de líder, de vice-líder? Porto Alegre não se importa com isso, Porto Alegre quer a água no Morro da Cruz, quer a água na Zona Leste, quer tratamento de esgoto na Ponta Grossa, que a cada chuva que dá alaga a residência do trabalhador e da trabalhadora. Porto Alegre quer transporte barato, não a R\$ 6,60, como estão armando. Estão armando uma tocaia contra o povo de Porto Alegre, só que não vão levar! O prefeito se elegeu para administrar o transporte da capital e passa só peregrinando a Brasília. Imaginem se os cinco mil prefeitos do Brasil resolvem ir a Brasília? Vocês acham que a União vai liberar dinheiro e financiar o transporte, ou o prefeito se elegeu para fazer a gestão? Que faça o dever de casa e cobre dos mais ricos da cidade, eles têm que financiar o transporte do povo pobre, não a União. É muito fácil, então, eu pedir voto para ser prefeito e ligar para União: "União, resolve para mim." "União, não tenho posto de saúde." "União, eu não tenho professor." Mas aí, então, para que o ente federado com R\$ 9 bilhões de recursos orçados para 2022 se o prefeito não tem capacidade gestora, não tem uma equipe. Cadê os secretários? Onde estavam os secretários? Eu falei nesta tribuna, em junho do ano passado, que ia faltar água na Zona Leste e na Zona Sul. Não ouviram, ou fizeram de propósito, o sucateamento deliberado do departamento, porque têm o desejo privatista de entregar um bem sagrado que é a água para a iniciativa privada lucrar. Água é vida, saneamento é saúde, educação é um direito humano e, nesta cidade, hoje, muitas escolas não deram aula, porque o prefeito é muita palavra, é muita fala. Falta prática, só teoria não resolve, prefeito Melo, não adianta dizer que levanta cedo e dorme tarde, se o trabalho não

aparece, um monte de gente levanta cedo, dorme tarde e fica sentada. Não produz política pública. Então, por favor, mais ação e menos garganta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Quero saudar aqui o Presidente Giovane Byl, também saudar os vereadores e vereadoras e a todos que nos assistem pela TVCâmara e redes sociais. Aproveito para parabenizar a Mesa Diretora, que assumiu neste ano de 2022, e também parabenizar pela gestão de 2021, quando o ex-presidente, Ver. Márcio Bins Ely, nos conduziu. Subo aqui em nome da bancada do PSDB, do vice-líder, Ver. Moisés Barboza; do Ver. Ramiro Rosário e do Ver. Kaká D'ávila, e venho aqui parabenizar a bela escolha do prefeito Sebastião Melo do Ver. Claudio Janta para a liderança de governo desta Casa, em 2022, com o Janta, com a Ver.^a Cláudia e o Ver. Hamilton Sossmeier. Parabéns, contem com a gente da bancada do PSDB, para podermos fazer um belo trabalho nesta gestão de 2022. Eu queria responder que a mangueira tem dois lados, se tu fechares o registro de um lado da mangueira, a água não sai do outro lado. Então a gente não pode debater, brigar e trancar lá onde se capta a água, fazer protesto, manifesto lá e depois querer exigir água lá no morro, em outras partes onde mais precisam. Esse é o meu recado, um abraço a todos. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Hoje temos o comparecimento do secretário Rodrigo Sartori Fantinel, da Secretaria Municipal da Fazenda, que abordará a apresentação das principais ações da Secretaria Municipal da Fazenda.

O Sr. Rodrigo Sartori Fantinel está com a palavra.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; uma satisfação da parte da Secretaria Municipal da Fazenda, comparecer a esta Casa. Temos como objetivo hoje apresentar aos senhores um balanço, de forma bastante sucinta, das finanças públicas no ano de 2021. Essa apresentação vai ser repetida amanhã na CEFOR, mas achamos importante, dada a relevância do tema, apresentar a todos Srs. Vereadores e ficar à disposição para eventuais esclarecimentos.

(Procede a apresentação.)

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Inicialmente, só para a gente ressaltar as diretrizes que a gente recebeu do governo para o gerenciamento das finanças públicas. Já foram bastante batidas pelo prefeito, mas vale a pena aqui a gente ressaltar.

Nós vamos trabalhar no incremento da receita sem aumento da carga tributária. Essa é uma situação que foi colocada e dada como certa. Nós vamos trabalhar no gerenciamento das despesas, sem cortar despesas da atividade-fim. Então a gente faz uma análise qualitativa, o objetivo é que o serviço continue à disposição do cidadão. E trabalhamos com a indução do desenvolvimento econômico e a modernização e inovação. Essa equação ali em cima, acho que ela espelha da forma bastante clara o que nós tentamos fazer durante o ano de 2021. E, com o apoio desta Casa, conseguimos colocar em prática diversas dessas questões que é cobrar menos tributos, de forma de a gente conseguir desenvolver a cidade, gerar mais renda, mais oportunidades e, por consequência, mais arrecadação, mantendo as finanças equilibradas. Trabalhamos fortemente nesses quatro eixos na gestão tributária, na gestão financeira, na gestão previdenciária e na melhoria no ambiente de negócios.

Em relação à gestão tributária, aqueles dois itens que estão marcados ali são itens que foram aprovados por esta Casa aqui. Então acho que é importante de a gente ressaltar que muito do que foi feito, foi feito com a ajuda dos vereadores. Finalizamos o programa RecuperaPOA, que foi um sucesso bastante significativo. Trabalhamos com diversas ações na área tributária. Estamos agora, neste momento, com o prazo de regularização do ITBI para contratos de gaveta, ou seja, quem tem contratos e não foram registrados, podem pagar o ITBI com 50% de desconto, que também é bastante significativo.

Trabalhamos fortemente também na gestão financeira, fizemos a revisão de despesas de área meio. De novo, ressaltando, área meio, para nós, é o que vai ser revisado, e área finalística, a ideia é cada vez mais levar mais recursos e mais serviços para o cidadão; fizemos desvinculação de fundos para o combate à pandemia; esse combate à pandemia foi extremamente importante nos meses de março e abril, foi o pico da pandemia no ano passado; estruturamos uma operação para uso de depósitos judiciais para pagamentos de precatórios; fizemos leilão de índices construtivos; fizemos uma revisão quinzenal das despesas, temos reuniões periódicas, com aquele núcleo de governo para isso; estamos estruturando uma operação de precatórios com o BID.

Na gestão previdenciária foi basicamente o papel aqui da Câmara de Vereadores nos auxiliando; fizemos a reforma da Previdência, aprovamos uma previdência complementar, que não vai criar uma nova instituição em Porto Alegre, nós vamos fazer adesão a uma entidade que já existe. Isso é muito menos custo para a administração; revisamos o plano de custeio, e um projeto que está tramitando nesta Casa, que nós queremos em breve trazer para votação é a ressegregação de massas entre os regimes de previdência.

Trabalhamos também fortemente na melhoria no ambiente de negócios. Então muitos foram os projetos também aprovados por esta Casa, nós temos o pré-ativo e temos redução de ISS para diversos setores; temos extinção da taxa de alvará; temos a suspensão dos aumentos do IPTU. Tudo isso aí foi bastante importante para o desenvolvimento da cidade. Feita essa breve introdução, começamos a entrar nos resultados, em si, de 2021, lembrando que é um resultado que foi construído com

diversas dessas ações. Nossas receitas fecharam o ano de 2021 com crescimento de 21,5%, totalizando R\$ 9,2 bilhões. Nossas despesas 22,1% de crescimento, totalizando R\$ 8,4 bilhões. E aqui eu ressalto a importância que a despesa e a receita cresçam na mesma velocidade. E por que isso aconteceu? Porque nós só liberamos despesa na medida que tínhamos certeza que existia receita correspondente para financiar essa despesa. O objetivo sempre é manter o Município equilibrado, então, nós fechamos o ano com superávit de R\$ 789 milhões, e um superávit do Tesouro de R\$ 367 milhões.

Esse aqui é um comparativo do cenário quando recebemos o governo, no início de 2021, nós tínhamos um saldo em caixa de R\$ 208 milhões; nós tínhamos obrigações financeiras da ordem de R\$ 278 milhões, então fazendo o batimento dessas duas contas, havia uma indisponibilidade financeira próxima de R\$ 70 milhões. Com os dados do fechamento de 2021, fechamos o ano de 2021 com R\$ 542 milhões em caixa, com obrigações financeiras a pagar de R\$ 201 milhões. Ou seja, nós saímos de uma situação de indisponibilidade de R\$ 70 milhões para uma situação de disponibilidade financeira de R\$ 340 milhões.

Nós tivemos bons desempenhos nas receitas do Município, nos impostos do Município: o ISS cresceu 19,3%; o IPTU cresceu 25,3%; o ITBI, 52,7%; ou seja, nossas receitas próprias dos impostos do Município tiveram crescimento de 20,3%.

Por outro lado, as transferências, que são os recursos que a gente recebe da União e do governo do Estado, tiveram um crescimento de 2,3%. Por que as receitas da União tiveram aquele decréscimo de 15,9%? Porque nós recebemos um volume muito significativo para combater a pandemia em 2020, e isso não se repetiu em 2021. Portanto, se a gente comparar as transferências da União nesses dois anos, a gente vê um decréscimo.

Na área da despesa o que é importante a gente colocar nesse quadro que compara 2020 com 2021? Primeiro, a despesa de pessoal e encargos sociais teve um aumento de 33%. O que significa isso? Como essa despesa teve um aumento de 33% se os servidores não tiveram aumento? Essa despesa foi incrementada por aquela revisão do plano de custeio do Previmpa, no qual administração optou por colocar para dentro do orçamento o déficit previdenciário. Isso dá mais segurança para o regime de previdência, o Município acaba, de forma bastante clara e transparente, à medida que assume essa responsabilidade dentro do orçamento, admitindo que é o responsável pela cobertura desse déficit. Por outro lado, também bastante relevante a questão dos investimentos, é uma diretriz que a gente tem, de cada vez mais alocar recursos para os investimentos, nós tivemos um crescimento de 18% em nível de investimento em relação a 2020, o que significa mais R\$ 51 milhões investidos na cidade de Porto Alegre.

Em relação às obrigações constitucionais tanto na área da saúde quanto na área da educação; na saúde, nós temos uma obrigação constitucional de gastar 15% de toda a receita de impostos e transferências, e nós gastamos 18,34%. Em relação à educação – e aqui é o que a gente tem que ressaltar –, não conseguimos chegar nos 25%, e estamos dizendo isso de forma bastante clara. Chegou um momento do ano que nós tivemos que tomar essa decisão: ou se gastava de forma irresponsável e se

executava um gasto que não ia garantir melhora na educação – e não é por isso que nós optamos –, ou nós não chegaríamos nos 25%, e efetivamente não chegamos. Por que não chegamos? No primeiro quadrimestre, em função da pandemia, as escolas estavam fechadas; se as escolas estavam fechadas, as luzes estavam desligadas, as torneiras estavam fechadas e obviamente a gente não teve esse custo de manutenção das escolas. Segundo, essa é uma realidade que não é de Porto Alegre, é uma realidade brasileira: 1.200 municípios não conseguiram chegar nesses 25%. Para os senhores terem uma ideia, na semana passada, nós tivemos a informação que apenas três capitais conseguiram chegar aos 25%, e algumas delas simplesmente pegando esse recurso que sobrou e dando de bônus salarial para os professores.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Secretário, só um informe, por favor. A pedido de mais de um vereador, devido ao calor e ao mau funcionamento do ar-condicionado, nós vamos dispensar o uso do paletó para os Srs. Vereadores, na tentativa de amenizar o calor, que está fora do comum hoje na sessão.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Voltando, então, à educação, nós temos uma obrigação de compensar esse valor que não foi gasto em 2021 nos anos de 2022 e 2023. Esse valor, em Porto Alegre, chega a R\$ 166 milhões, e é esse valor que está contingenciado naquele nosso resultado para garantir que ele seja aportado para a educação. Nesse momento, nós temos um grupo trabalhando na Secretaria de Educação, que envolve SMED, Fazenda, Planejamento e Procuradoria, para que a gente garanta que esses recursos sejam aplicados em educação.

Por fim, em relação à Capag, que eu acho que é um indicador importante e muito falado no Município, são três os critérios que são avaliados para mensurar a Capag e, nesses três critérios, no ano de 2020, nós tínhamos aqueles índices: 27% de endividamento, 87,2% de poupança corrente e 40,2% de liquidez. Estávamos com Capag A. No ano de 2021, conseguimos melhorar dois desses indicadores e manter constante um terceiro, então nós temos hoje um grau de endividamento menor, uma liquidez maior, e nós temos um índice de poupança corrente estável. Isso garante que nós vamos continuar com Capag A no ano de 2021. O que significa Capag A no ano de 2021? Significa que as operações de crédito do Município desejar fazer são avalizadas pela União e com isso nós obteremos juros mais baixos para pagar esses financiamentos; consequentemente, esse recurso fica mais barato e conseguimos investir mais na cidade.

Essa matéria do Jornal do Comércio coloca que Porto Alegre registrou maior superávit em duas décadas, e quero deixar frisado de forma bastante clara: nós temos tranquilidade e ciência que essa administração não existe para gerar superávit, essa administração existe para melhorar a cidade. Tivemos um superávit significativo, mas vamos trabalhar fortemente para que esse superávit se converta em melhorias para a cidade nos próximos anos. Acho que esse superávit foi resultante de uma série de ações estruturais que nós tomamos e de uma atuação integrada com esta Casa, e a gente faz questão de agradecer sempre aos vereadores que foram parceiros na construção

desses resultados. Nós conseguimos ampliar as receitas sem aumentar nada em carga tributária, pelo contrário; conseguimos também analisar as despesas, fazer uma análise qualitativa, segurando despesas da atividade-meio e não da atividade-fim, e a ideia é continuar aumentando esse nível de investimento. Tivemos um nível de investimento maior em 2021, e a ideia é que em 2022 seja maior do que 2021, e 2023 maior, e que a gente consiga transformar a cidade, que é para isso que essa administração foi eleita e é nesse sentido que trabalhamos.

Era isso, gostaria de agradecer aos Srs. Vereadores pelo espaço e ficar à disposição para eventuais esclarecimentos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Muito obrigado, secretário, o convido para fazer parte da Mesa.

Solicito que a Ver.^a Mari Pimentel assuma a presidência.

(A Ver.^a Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha a vinda do secretário da Fazenda aqui; cumprimento o secretário Fantinel, esta Casa sempre acolhe os servidores da Prefeitura, os secretários, enfim, os administradores públicos. Eu fiz aqui algumas observações sobre o seu PowerPoint. As apresentações em PowerPoint têm ficado famosas no Brasil recente, têm algumas bem famosas que foram objeto de notícias em muitos jornais, não para o bem da população, para o mal.

Eu queria, inicialmente, dizer ao governo que superávit é ruim! Quando há um superávit de quase R\$ 1 bilhão quer dizer que alguém não teve acesso à educação, porque tem 5 mil crianças de 4 a 5 anos sem acesso a essas vagas, e o governo guardou dinheiro. Nós temos pessoas esperando dois anos em filas de especialidades na saúde, na Atenção Primária – dois anos! Eu fui, agora, com 18 pessoas na Defensoria Pública, secretário, que estão aguardando diversos acessos que não conseguem ao SUS, porque não tem mais psicólogo na Prefeitura, não tem mais psiquiatra, não tem ortopedista, não tem. E a Prefeitura tem dinheiro em caixa! Eu quero dizer que é vergonhoso. Eu, se fosse parte do governo, jamais apresentaria um superávit como algo positivo quando falta água no Morro da Cruz. O básico falta à população, e o dinheiro estava no caixa da Prefeitura, e só agora, hoje, aqui, que a gente vai votar um projeto de contrato temporário para servidor. Mas o que é isso? O que fizeram durante um ano inteirinho? Secretário Fantinel, eu até me dirijo ao senhor, porque muitas coisas que o senhor dizia quando era conselheiro do Previmpa mudaram. Será que o senhor mudou a sua interpretação da realidade, a sua visão de mundo? Esse é um questionamento que eu faço a mim, o senhor não precisa responder. O fato é que nunca a Prefeitura

economizou tanto com recursos humanos, hoje a Prefeitura não chega a gastar 41% do orçamento com RH, por isso que lá no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul as pessoas estão sobrecarregadas, não tem mais técnico, não tem médico, não tem técnico de laboratório, por isso no HPS há uma sobrecarga de trabalho. E a gestão fez o quê? Aumentou os plantões! Cada servidor está fazendo um plantão a mais do que fazia há dois anos, porque não nomeia servidores, economizam com a saúde de quem cuida da saúde dos outros. Mas que saúde é essa? Dirijo essa pergunta também ao secretário Sparta.

O governo apresenta um mar de rosas, mas, na verdade, a cada chuvarada a cidade fica alagada e, quanto ao endividamento da Prefeitura - pasmem, cidadãos e cidadãos! -, ele é de 5% e a lei federal permite 110%, ou seja, não pegam dinheiro para desenvolver a cidade. Nós poderíamos ter uma obra de viaduto em cada região da cidade em andamento hoje para desafogar o trânsito no futuro, e não temos, Ver. ^a Laura, porque a Prefeitura não faz gestão. E agora pega essa palavra gestão. Ali, o secretário botou gestão previdenciária. Isso é um ataque, ataque às nossas consciências, de quem conhece o que é o Previmpa, a sua saúde financeira. Vocês não fizeram gestão previdenciária, vocês fizeram confisco salarial dos aposentados da Prefeitura que, agora, no mês de janeiro, tiveram uma surpresa. Muitos perderam R\$ 500 no seu salário. Quem é que tem condições de cortar, e cortar, e cortar no orçamento? Vocês estão equivocados, mudem este PowerPoint. Mudem, este é o PowerPoint do não investimento do que a cidade precisa. Este é o PowerPoint do arrocho salarial ao funcionalismo que todo dia levanta cedo para ir dar aula, para atender no posto de saúde, para abrir os buracos nas avenidas, para consertar os encanamentos. É em cima da tragédia social dos trabalhadores que o governo guarda dinheiro. Vocês devem, o governo deve quase 32% de reajuste salarial; são seis anos de arrocho. As municipalidades e os municipais, eles estão financiando o caixa da Prefeitura. O senhor diz aqui, no seu PowerPoint, que com a reforma da Previdência, de agosto para cá, colocou no caixa R\$ 76 milhões. Não! Vocês tiraram esse dinheiro dos idosos que muito deram para construir esta cidade, eles deram sangue, suor para pavimentar, para colocar redes de esgoto, para construir escolas, para lecionar, para atender nos postos de saúde, salvar vidas no SAMU, no HPS, realizar nascimentos no HPV. São esses que estão aí agora com 60, 70, 80 anos que estão financiando a política privatista do governo Melo, eu não me associo a esse discurso. Eu o repilo. Não podemos aceitar calados que criem novamente o factóide na sociedade do superávit, como se isso fosse positivo. Mas o que é isso? O governo abre mão de receita, ele abriu mão de receita dos poderosos sonegadores, porque tirou R\$ 300 do Seu Pedrinho, da SMOV, que está aposentado há cinco anos; porque tirou R\$ 200 da professora Maria, que está aposentada há oito anos. Vocês tiraram de trabalhadores para financiar essa farsa que é o superávit, quando, na verdade, nós temos é um governo virando de costas para o povo, cheio de dinheiro no caixa! Que gestão é essa em que faltam serviços públicos para a população mais sofrida. Eu espero que o próximo PowerPoint que o senhor trouxer aqui, no ano que vem, seja aquele PowerPoint mostrando que não falta vaga em escola, que as especialidades, as filas sejam esgotadas, que não falte mais água no Morro da Cruz e que tenha tratamento

de esgoto na Ponta Grossa, no Lami e no Sarandi. Eu espero esse PowerPoint, de coração. Deixo essas perguntas de forma muito tranquila para o senhor. Se quiser responder, poderá respondê-las, mas vamos fazer o debate público com verdades, e esse superávit é uma ilusão para Porto Alegre. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta em exercício, Mari Pimentel; colegas vereadores e vereadoras; de modo especial, em Comparecimento aqui, o secretário municipal da Fazenda, Rodrigo Sartori Fantinel, bem-vindo; senhoras e senhores. Se para uns, é fazer caixa, Fantinel, R\$ 789 milhões de superávit, para nós, cidadãos e cidadãs que andamos pelos becos da cidade e percebemos a dificuldade do cidadão em acessar um serviço, para nós, não é importante o superávit. Para nós, o importante é o poder público estar lá quando falta água, como o nobre Ver. Jonas acabou de falar, quando falta água e o poder público demora oito dias para ir lá, *in loco*, atender a comunidade, oito dias! Só veio água por um dia, faltou por mais quatro dias; os motores, segundo o diretor do DMAE, queimaram, e onde está o poder público para ter uma reserva numa emergência? Fantinel, nós precisamos olhar para a cidade, o prefeito entrou em xeque naquele dia e se comoveu diante do problema que ele percebeu na sua frente. Fazer caixa nessa hora, eu diria que até é desumano. Para o senhor, como secretário da Fazenda, apresentar um bom número para o governo pode ser mais que importante, mas, para nós que olhamos as mazelas da nossa querida capital Porto Alegre, que escolhemos para viver, constituir família... E mais do que isso, ser vereador ou vereadora é defender essa enorme diferença; não pode haver essa enorme diferença de desigualdades, só porque o cara é pobre ou mora na periferia, muitas vezes, é despejado. Ele não tem acesso à escola, iniciam as aulas e não têm professores. É bom ter superávit assim? (Palmas.) É como meu colega falou, é bom para o governo não dar o reajuste ao servidor público, cinco anos sem reajuste! Onde está o plano do governo? Passamos aqui, Fantinel, no final do ano, uma emenda, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e no orçamento, a possibilidade de o governo reavaliar essa posição tão radicalizada, iniciada no governo anterior, para que o servidor seja valorizado e não só retirar, retirar, retirar. O cidadão, o servidor público vai se aposentar, aqueles cinco anos de aposentadoria não pesaram na sua aposentadoria: mas é claro! São 36% a menos, Pedro Ruas, do reajuste salarial. Nós gostaríamos de ouvir aqui o secretário da Fazenda dizer o seguinte: “Eu gastei, eu tive de gastar para poder reduzir essa desigualdade entre o rico e o pobre, levando o serviço público, em mais de R\$ 500 milhões.” Fecharia o caixa com superávit com R\$ 200 milhões. Para nós, o importante, neste momento, é olhar para todos, sem distinção de classe, raça, até porque, Rodrigo, são mais de 500 comunidades sem regularização fundiária. Agora tem a secretaria. O governo vai investir num programa que pode criar ele mesmo, não

depende do governo federal, porque o governo federal é a maior decepção da história em várias áreas, e não foi diferente na habitação, na regularização fundiária. Não foi como o nosso governo, quando criou o Minha Casa Minha Vida, dando possibilidade de tirar as pessoas das áreas de risco, das encostas. Olhem o que aconteceu no Rio, em Minas! A gente não pode atuar só numa emergência. E, para concluir, nobre Presidente, eu queria dizer que estou torcendo e vamos continuar cobrando como oposição, este líder, como tantos outros líderes, que o governo mostre para nós para que ele veio. Ele veio para reduzir as desigualdades e levar o serviço público à cidade para os que mais precisam ou somente falar do Centro Histórico, do 4º Distrito, da orla do Guaíba? Nós precisamos que o governo olhe para os pobres, essa é a grande verdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em primeiro lugar, gostaria de saudar a manifestação do nosso líder da bancada do PSDB, Gilson Padeiro, que muito bem nos representa, saudando as novas lideranças, a liderança do governo, o Ver. Claudio Janta; no governo passado, inclusive, tivemos a oportunidade de dividir liderança e vice-liderança num período inicial do governo Marchezan. Também saudar a colega Cláudia, o colega Hamilton, mas, em Comparecimento, gostaria de fazer uns registros ao secretário Rodrigo e a sua equipe, pois ninguém consegue fazer nada sozinho. Reconhecer a equipe da Fazenda, como eu reconhecia no governo anterior, no governo Marchezan, nas inúmeras discussões, inclusive, discussões que eram muito importantes do ponto de vista da planta de valores do IPTU. Reconhecer aqui que o projeto que prevê o pagamento do IPTU pelo valor venal do imóvel é, sim, a maneira justa de cobrar IPTU. Nós, por causa da pandemia, aprovamos uma suspensão dessa correção de quem deve há muito tempo ao Município, para poder pagar o IPTU justo e sabendo que os beneficiados, do ponto de vista de finança, do ponto de vista da Fazenda foram todos beneficiados nos primeiros anos já em Porto Alegre. Então, ainda teremos essa discussão mais à frente, mas eu quero reconhecer que aquele projeto é um projeto que teve muita participação do quadro de servidores da Fazenda. Não posso deixar de fazer alguns registros, ouvi aqui os colegas da oposição, Ver. Jonas, Ver. Oliboni, claro que não poderia ser diferente. O secretário da Fazenda vir à Câmara de Vereadores falar sobre o seu bom trabalho, o seu percentual de superávit, a questão do percentual da sua dívida, e ouvir do Ver. Jonas, que é um vereador comprometido com a oposição, comprometido com o PT, comprometido com o sindicalismo, que ele queria que a gestão tivesse se endividado quase ao teto possível e imaginável. É óbvio. Isso não é uma surpresa. Mas quero reconhecer e parabenizar a equipe da Fazenda por não fazer isso, por não endividar no limite! Porque nós temos que fazer gestão. E fazer gestão, ao contrário dos discursos populistas, que eu escutei agora há pouco, é, sim, cuidar daquele

mais necessitado, fazer gestão e ter o enxugamento da máquina pública é, sim, estar preparado com a máquina para ajudar aqueles mais necessitados. Mas o discurso é muito mais complicado de fazer. Economia, educação financeira é muito mais complicado do que o discurso fácil.

Eu também ouvi hoje mais cedo alguns colegas que falaram ao governo Melo sobre a escolha da liderança, sobre o quão está indo num rumo positivo. Mas também vejo um pouco de incoerência em alguns colegas, graças a Deus, minoritariamente, porque esses colegas deixaram de votar reformas, como a do transporte público, fazendo um discurso de que o governo Marchezan, o nosso governo, do PSDB, iria demitir cobradores. Pois essas pessoas, minoritariamente, quando mudou o governo, mudaram completamente o discurso e votaram a favor. Hoje, estamos vendo algumas linhas sem esse segundo trabalhador e, se isso tivesse sido feito lá atrás, a situação do transporte público seria menos pior, inclusive, para o governo Melo.

Encerro, aqui, nesse período de Comunicações, fazendo, em nome do nosso mandato, um reconhecimento à Secretaria da Fazenda pelos seus números. Amanhã, vamos esmiuçar mais na CEFOR, somos colegas, eu e quem está presidindo a sessão, neste momento, a Ver.^a Mari faz parte da CEFOR, mas eu quero parabenizar os resultados. E quero também fazer um registro: a Secretaria da Fazenda e a equipe do governo anterior fizeram um belíssimo trabalho, tirando a Prefeitura de Porto Alegre de devedora em classe C para uma Prefeitura e uma administração que pudesse fazer os investimentos que estão sendo feitos, inclusive, para combater a questão da água. E quero encerrar dizendo ao Ver. Jonas que, no governo do PT, faltava água no verão em mais de 40 bairros. Então, ele que não venha subir na tribuna e dizer que a falta de água é uma novidade em Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Claudio Janta está com a palavra.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Secretário Fantinel, é um prazer esta Casa receber o senhor, trazendo boas notícias, apesar de pessoas que defendem a terra arrasada acharem que não. Não tem como fazer as coisas, Ver. Jonas, sem ter dinheiro em caixa. Eu vou seguir o pronunciamento do Ver. Moisés Barboza, pois eu acho que antes de subir aqui e fazer acusações de que o governo está dependendo da União, implorando para a União... Se o senhor não sabe, eu vou lhe informar agora, até para as senhoras e os senhores que estão em casa saberem o que é demagogia. A cada R\$ 100,00 arrecadados, hoje, aqui em Porto Alegre, R\$ 62,00, para fazer uma conta exata, vão para a União, 26 vão para o governo do Estado, e 12% vai para a Prefeitura de Porto Alegre. E, a cada mexida que o governo federal faz, aumenta a responsabilidade do Município. Esses recursos são os mesmos, antes dos municípios terem responsabilidade básica de saneamento, antes dos municípios, em qualquer projeto federal, darem a contrapartida, antes dos municípios absorverem a questão dos

guardas municipais, por exemplo. O recurso continua o mesmo. Agora, se tem dinheiro em caixa, não é um dinheiro para ficar guardado. Com certeza, antes de começar a investir tem que arrecadar.

E a questão da água parece que surgiu agora em Porto Alegre, que, pelo jeito, sempre teve abundância de água. Eu nasci há 55 anos, na rua Vidal de Negreiros, no Morro da Cruz, Ver. Pedro Ruas, e, se eu ainda estivesse morando lá, Ver. Oliboni, com certeza eu não iria sair de casa para me eleger, porque a casa da minha avó, na Vidal de Negreiros, era a bica de água de todo o Morro da Cruz. Era lá que o pessoal pegava água. O Ver. Jonas faz um discurso barato, oportunista e nunca apresenta soluções para os fatos. Só joga no ar, vira as costas e vai embora. Nós fizemos o que esta Casa pregou durante todo a campanha eleitoral e durante todo o projeto do governo na questão do IPTU. E temos recursos que vêm de dinheiros que estavam parados e que o governo foi buscar. O Ver. Jonas se esquece muitas vezes que os recursos oriundos do Município não são recursos que vêm facilmente na ponta do balcão, não são recursos que vêm porque a safra está boa, não são recursos que vêm porque aumentou o dólar, não são recursos que vêm porque melhorou a exportação; são recursos que vêm oriundos de receitas do povo de Porto Alegre, uma porcentagem, volto a dizer, de 12% de cada imposto, de cada tributo arrecadado, porque o restante vai para Brasília. E aí o vereador acha que não tem que ir para Brasília pedir dinheiro. Pelo amor de Deus, Ver. Jonas! Houve uma época aqui que os vereadores diziam que quem tinha todas as soluções, como V. Exa., na próxima eleição deveria ser candidato a prefeito de Porto Alegre, já que o senhor acha tão fácil, tão prático. Dizer que um governo que conseguiu ter R\$ 789 milhões no seu caixa, que, mediante as emendas impositivas, o orçamento, vai ter um recurso para usar... O senhor acha que simplesmente a Prefeitura funciona como a nossa casa, em que, quando queima a resistência do chuveiro, a pessoa vai na madeireira e compra. Não! A Prefeitura é engessada por licitações, por pregões, por uma série de coisas que o senhor tinha que se apoderar. Então, nós vimos dizer aqui que o secretário e sua equipe fizeram um grande trabalho, alocando recursos que, com certeza, nós teremos, neste ano, onde colocar para ajudar a população de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Mari; quero cumprimentar todos os colegas vereadores, público que nos acompanha, em especial, o secretário Rodrigo Fantinel, pela exposição. Acho muito relevante nós falarmos sobre equilíbrio fiscal. Aliás, em tempos em que nós vivemos de debate sobre o negacionismo, é preciso parar com o negacionismo econômico. Quando os vereadores petistas falam sobre superávit gerar fome e ser algo ruim, eu preciso lembrar, obviamente, o que foi o negacionismo fiscal que aconteceu nos governos Dilma e

também durante o PT no Estado, que causou fome através do desemprego gerado por esse desencontro fiscal, em que se gastava muito mais do que o que se arrecadava. (Problemas na conexão.) ...valores que não tinha como pagar. Então, nós precisamos superar esse negacionismo fiscal e acabar... Eu ia fazer uma analogia ao muro de Berlim. O mundo ocidental já avançou tanto, nós já superamos tantas coisas, já aprendemos tanto, mas o PT insiste em não aprender com seus erros, com a História. Eu fico muito feliz de ver, na apresentação do secretário Fantinel, não só os avanços em termos fiscais, o equilíbrio, já que estamos gastando menos do que nós arrecadamos, como também o avanço em investimentos na cidade, especialmente pelo seguinte: nós tivemos reduções de impostos, e que a gente siga assim... Até quero aproveitar esse período para falar que a gestão municipal deveria seguir na rota de reduzirmos ainda mais impostos, abranger as reduções de alíquotas para outros segmentos também, que a gente possa ser mais competitivo na parte tributária, aproveitando esse espaço que nós temos, e que, sim, os investimentos sejam ampliados. Afinal de contas, o PT não tem interesse em investimentos, como ficou muito claro na fala do Ver. Oliboni, e o que se quer, agora, com esse dinheiro que sobrou no nosso caixa, é gastar tudo dando para o servidor. É isso que eles querem. Querem aumentar salário, querem fazer aquilo que eles sempre fizeram quando estiveram no governo, estourar as contas públicas, voltar a ficar no vermelho, até que chegue o momento em que não tem mais pagamento de salário em dia para servidor, em que se começa a parcelar salários novamente. Ou seja, a gente tem de novo um desarranjo completo, com fornecedor da Prefeitura que passa a não receber, terceirado entra na justiça contra a Prefeitura por conta de contrato não cumprido, e aí, sim o Município deixa de ter capacidade de investimento. Ora, o cidadão de Porto Alegre paga o seu imposto para ver investimento retornando: para ver a rua com o buraco tapado, para ter água na sua casa. E a gente não consegue ter essa capacidade de investimento, se não tiver equilíbrio fiscal. Então, na hora de reclamar sobre a falta de água, a primeira coisa que tem que fazer é agradecer pelo equilíbrio fiscal, e agradecer especialmente a todos os vereadores que votaram por isso, lembrando daqueles que não votaram por isso. Porque é muito fácil falar e reclamar sobre regularização fundiária, falta de água, que precisamos investir mais nisso, naquilo, dar ajustes de salário, se a gente não tem dinheiro. E, por enquanto, o que a gente viu, nesses últimos 30 anos de experiência de petismo na gestão pública, é que o PT, constantemente, acaba com os recursos disponível na gestão pública. Ele drena esses recursos para as suas categorias favoritas, e a população fica à míngua, fica à míngua por conta do ônus do desemprego, da crise gerada, aliás, a pior recessão da história recente do nosso País foi sob o governo Dilma. A gente teve um equilíbrio fiscal durante o governo Yeda, depois, o governador Tarso Genro acabou com esse cenário, prometeu até piso de professor que ele não podia pagar, enfim. Agora, finalmente, voltamos às contas no azul. Que bom que o prefeito Melo está dando continuidade a esse esforço, que bom que o secretário Fantinel está alinhado com esta ideia de não só respeitar o fiscal, como avançar nos investimentos e, também, através da redução tributária. Nós, do NOVO, olhamos com muito bons olhos essas iniciativas, damos todo o apoio, para que nós possamos avançar em capacidade de investimentos e em reduções

tributárias, mantendo sempre as contas em dia. Afinal de contas, equilíbrio fiscal significa matar a fome, significa não deixar legado de desemprego, não deixar legado de pobreza e de desinvestimento na cidade. É isso que o PT precisa aprender finalmente. Muito obrigado, Ver.^a Mari; parabéns, secretário Fantinel, pelo seu trabalho e pelo trabalho da Prefeitura na condução do nosso fiscal, da nossa receita e da Fazenda. Obviamente, os repasses financeiros do governo federal são muito importantes para fechar essa conta, afinal, como o vereador, agora líder, Claudio Janta deixou claro, a maior parte dos impostos vão para a União infelizmente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Uma boa tarde, secretário, Ver.^a Mari Pimentel, que conduz os trabalhos neste momento; eu vou ser breve. Primeiro de tudo, a gente tem que elucidar algumas questões que são centrais. Já há mais de 20 anos que a gente modificou essa gestão, me parece que a gente não consegue evoluir no tempo por conta, justamente, da forma unilateral à qual se coloca sempre à disposição o debate, que, para mim, beira o raso, o limitado, de forma que a gente não tem e não cria possibilidades a partir desse ponto, que é sempre o mesmo a ser tocado. Infelizmente, me parece que essa é uma constante dentro da Câmara de Vereadores e é reflexo de uma política em nível nacional. Lamento muito que nós tenhamos que passar por esse processo dessa forma. Para além disso, eu não quero me alongar, mas gostaria muito de falar e de saber do secretário, aliás, por conta desse superávit, como nós, enquanto legisladores e olhando para a atual situação da população de Porto Alegre, até então, como nós não temos, apesar de termos o dinheiro em caixa, e isso ficou muito objetivo na sua fala, um plano de enfrentamento a essa pobreza. De que forma a gente pode articular, e o que é que está sendo pensado pela Fazenda, para que se dê conta disso? E não de forma paliativa, eu acho que nós precisamos de um projeto que seja, a longo prazo, efetivo. Falo isso, inclusive, porque a minha mandata, ela fez um indicativo ao prefeito que, até então, não foi executado, e a gente está falando de uma urgência, de uma necessidade que impacta nas demais áreas. Um bom exemplo é a saúde, porque o indivíduo mal alimentado vai sobrecarregar o sistema de saúde lá na frente. Se a gente olha para a população como desenvolvimento do potencial humano... E acho que não tem como olhar para o desenvolvimento de uma cidade, pensando e propondo grandes ações, se nós não olharmos para as pessoas que constroem essa cidade, pessoas que fazem da cidade um espaço de conviver e existir com dignidade. Isso, para mim, fica num primeiro plano, para muito além, de novo vou dizer, de ficar rebatendo estas questões, se faz 20 anos, se foi governo A ou B. Isso, para mim, acaba sendo pífio diante da realidade dura que o nosso povo vem enfrentando. Realidade dura, sim, diante de toda a construção de um processo sanitário que não deu conta, realidade dura diante da Atenção Básica, que vem sendo desqualificada, e a gente sabe muito bem

que isso atende a outras realidades; diante também do desemprego, que aumenta e é reflexo de toda uma outra organização, de novo digo, que vem alinhada ao governo federal; diante da ausência de uma construção de enfrentamento à pobreza, às desigualdades, à violência, mesmo também a todo um processo que se coloca, neste momento muito delicado da educação. Acho que é isso que a gente precisa olhar. Secretário, eu trago isso, inclusive, em nome da bancada do PCdoB, de forma muito séria e muito responsável, porque nós não vamos ficar só apontando o problema. Nós somos aquelas que se colocam à disposição para construir a solução. Disso, aqui, neste plenário, ninguém pode levantar para dizer o contrário. Nós somos aquelas que se propõem a fazer movimentos necessários para a solução dos problemas da cidade. Mas aí agora fica muito fácil quem chega aqui, neste microfone, se coloca contra e fala que “devido a não votar pelos projetos”. Não é exatamente isso. Entendam que essa falácia não auxilia na construção daquilo que nós precisamos para ter, de fato, políticas que sejam efetivas. Para mim, fica muito objetivo quem está aqui querendo propor e quem está aqui de forma oportunista, querendo criar plataformas eleitoreiras baratas com a vida da população, que não está sendo respeitada neste momento. Assim eu finalizo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver.^a Mari Pimentel, Presidente em exercício; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, prezado secretário; é muito importante a sua vinda aqui, e eu saúdo, de imediato, a iniciativa. É óbvio, secretário, que nós temos que tratar de divergências que temos, como também temos convergências; V. Sa. representa a situação, nós somos bancada de oposição, eu sou líder do PSOL. Então, o sentido do uso da tribuna neste momento é tentar buscar algo que, diante de posições opostas, venha para o bem da cidade. Nós temos responsabilidade e experiência suficientes para isso. Eu não sei se V. Sa. estava aqui, quando o prefeito, S. Exa., o prefeito municipal, esteve hoje aqui. O discurso que fiz, naquele momento, na presença do prefeito, num brevíssimo resumo, eu quero dirigir ao senhor também. Nós vivemos, secretário, um período duríssimo, no País, no Estado e na capital, na verdade, em quase os 6 mil municípios brasileiros, de miséria e de fome. Que dados nós temos – acabei de receber mais alguns, enviados pela própria Prefeitura –, neste momento, que podem ser trazidos de forma oficial e sobre os quais podemos trabalhar? O primeiro dado oficial: a FASC, geralmente através dos CRAS, distribui 10 mil cestas básicas ao mês na nossa capital. Segundo dado: a necessidade, segundo a própria FASC, é de 50 mil cestas básicas ao mês. Terceiro dado, Ver. Cassiá, todos os dados muito importantes: cada cesta básica custa ao Município R\$ 130,00, ou seja, há um gasto aí de R\$ 1,3 milhão ao mês com cestas básicas. Depois eu chego nas propostas. Quarto dado: essas cestas básicas, secretário, vêm de Minas Gerais; Minas Gerais. Agora, vamos àquilo que podemos fazer. Eu fui, no ano passado, ao Tribunal de

Justiça, onde me recebeu o desembargador Voltaire de Lima Moraes; eu fui ao Ministério Público Estadual, me recebeu o procurador-geral do Estado; eu falei com o Ver. Márcio Bins Ely, então Presidente da Câmara; falei com o presidente da Assembleia, Gabriel Souza; todos se dispuseram a colaborar com a FASC. Mas falta a tal da fórmula jurídica, que a PGM, Ver.^a Mari Pimentel, que preside os trabalhos, ficou de apresentar e não apresentou ainda. Como é que esses orçamentos, Ver. Cassiá Carpes, podem auxiliar na FASC? O trabalho que está sendo desenvolvido pela presidente Cátia Lara é um trabalho muito bom. Eu vejo o trabalho, é importante e bom. O problema é que nós temos que ver alguma maneira. Se nós precisamos juntar R\$ 10 milhões ao mês, secretário, e tem R\$ 1,3 milhão disponível para cestas básicas, nós precisamos desses orçamentos. Se não puder chegar aos R\$ 10 milhões mensais, nós vamos a dois, três, mas nós vamos ter que disponibilizar, porque não é possível convivermos com a fome como estamos convivendo, é indigno. Aí V. Exa. diz assim, talvez pense, eu estou imaginando: “Bem, mas o vereador fez o quê?” Eu digo que fiz o seguinte: além de buscar essas audiências, eu destinei, Ver. Oliboni, R\$ 200 mil para a FASC, da emenda obrigatória, para as cestas básicas especificamente. E consegui, Ver.^a Mari Pimentel, uma emenda no orçamento geral de R\$ 100 mil para as cestas básicas também da FASC. São R\$ 300 mil; bem, era o limite que tínhamos. Se, pelo menos, dobrasse, já seria um grande avanço, de R\$ 10 mil para R\$ 20 mil. Eu falei com o prefeito sobre a ideia de fazer *voucher*. O que seria o *voucher*? Seria um cartão alimentação, um vale-alimentação, ou algo do gênero, para que a pessoa pudesse comprar, no mercadinho da sua comunidade, no mercado, aquilo de que ela precisa, à exceção de cigarros e bebidas. As cestas vêm de Minas Gerais iguais, todas elas. O fato de virem de Minas já é um mistério, por que Minas? Cento e trinta reais cada uma. Eu acho que tinha que ser um cartão-alimentação de R\$ 200,00, essa é a sugestão, secretário. Eu serei o primeiro a elogiar o governo se conseguir avançar nesse sentido, não tenho problema com isso, para que as pessoas possam escolher. As famílias são diferentes. Há o problema da lactose, há intolerâncias, há preferências, há inúmeras coisas, mas as cestas são iguais. Eu fui ao CRAS Glória ver a situação que me foi denunciada. Meu caro Alexandre, olha o que eu vejo lá: às oito da manhã, o CRAS Glória abre e são distribuídas 12 cestas básicas todos os dias. As pessoas têm que chegar lá, para ter chance às 8h, às 5h30min, senão vira 13º e não tem mais chance. Todas as pessoas que estavam lá eram mulheres, a cesta pesa 30kg, e elas iam a pé. Isso é um absurdo! Então dá um cartão para comprar no mercado. Vou concluir, presidente, fazendo um apelo ao secretário e me colocando à disposição – não é um apelo de não fazem porque não querem, não é nada disso – para que possamos, inclusive, atuar juntos, nós não podemos conviver com essa situação. Obrigado, presidente; obrigado, secretário.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Sr. Rodrigo Sartori Fantinel, secretário da Fazenda, está com a palavra para as considerações finais.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Presidente, Ver.^a Mari Pimentel; Srs. Vereadores, o Ver. Matheus Gomes passou aqui antes e me pediu a apresentação, a apresentação, obviamente, está disponível para todos os senhores, está também disponível no *site* da Prefeitura. Amanhã, já deixo o convite, se puderem e, se não puderem, puder mandar algum assessor, na CEFOR, vamos fazer um detalhamento maior desses números. Obviamente, quando nós viemos à Câmara, a gente vem para falar e para escutar, ninguém aqui vai negar os problemas que a cidade de Porto Alegre tem. Nós sabemos que a cidade tem problema e nós estamos aqui para tratar os problemas. Em relação à questão do superávit, vou enfatizar de novo a minha última frase quando estava na tribuna: a Administração tem ciência que o papel da Administração não é gerar superávit, o papel da Administração é proporcionar uma cidade melhor. Agora os senhores imaginem se nós tivéssemos fechando o primeiro ano de governo com déficit, qual seria a nossa projeção para os próximos anos. E uma questão bastante relevante em relação a esse superávit que tem que ser dita é que o superávit do Município de Porto Alegre, mais de 50% dele, é proveniente de uma receita que nós arrecadamos no mês de dezembro. Se nós arrecadamos no mês de dezembro, não há tempo suficiente para fazer aplicação desses recursos, eu estou me referindo ao IPTU. Nós lançamos a carga geral do IPTU em dezembro, entra um volume significativo de recursos em dezembro e não há tempo de fazer aplicação desses recursos. Por óbvio, esses recursos não têm que ficar em conta, esses recursos têm que voltar para a sociedade na forma de serviços públicos – é isso que nós vamos trabalhar para fazer.

Respondendo algumas das questões que foram colocadas aqui como a dos servidores, esse assunto também está no radar, está sobre a mesa, a gente está tratando, neste momento, a questão dos servidores e obviamente, como é um quadro bastante significativo, o reflexo nas finanças não é baixo, então tem que se fazer muitas contas. O que nós formos proporcionar de reposição para os servidores vai ser feito com o máximo de responsabilidade sem colocar em risco o equilíbrio financeiro do Município. Ressaltando novamente, não estamos aqui para gerar superávit, estamos aqui para proporcionar uma cidade melhor.

Vamos continuar trabalhando com a lógica de ampliar investimentos, achamos que isso é fundamental para a melhoria da cidade. Vamos continuar trabalhando com a lógica de reduzir carga tributária sempre que for possível e de forma equilibrada e sustentável, porque acreditamos que, reduzindo carga tributária, nós deixamos mais renda à disposição da sociedade e, tendo mais renda, a gente consegue gerar mais emprego e a gente consegue gerar mais oportunidades para os porto-alegrenses. E aí, sim, em consequência, tratar, de forma significativa, os diversos problemas que foram colocados aqui pelos Srs. Vereadores, os quais a gente dá a máxima relevância.

Certamente, vamos continuar trabalhando para que esse recurso positivo que nós tivemos neste primeiro ano seja convertido para uma cidade melhor. Presidente, acho que eram essas as considerações, permaneço à disposição. Reforço, novamente, o

convite que estaremos amanhã na CEFOR para continuar esclarecendo todas as dúvidas que, por ventura, ocorrerem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Primeiro, um registro de que o secretário ficou me devendo uma resposta da minha observação, mas isso pode ser visto oportunamente.

Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Comunicações para a próxima sessão.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Agradeço a presença do secretário da Fazenda, Rodrigo Sartori Fantinel.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 27 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): APROVADO o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito à Diretoria Legislativa que proceda a verificação de quórum para entrarmos na Ordem do Dia.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Após a chamada nominal.) Trinta e dois Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) – às 16h58min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 358/21 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, só queria saber sobre a ordem das emendas, qual é a primeira e qual é a segunda, o teor inicial.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): As duas emendas já estão dentro do processo SEI. A Emenda nº 01 ao PLE nº 003/22 é assinada por Vossa Excelência.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0051/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/22, que autoriza a contratação de Técnico Industrial, Montador Eletromecânico, Operador de Máquinas Especiais, Fresador e Soldador Industrial para o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), por prazo determinado, para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público. **(SEI 118.00141/2022-10)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relatora-Geral Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 21-02-22.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em discussão o PLE nº 003/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidente, colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a sessão nesta tarde. O governo municipal, através dos problemas que aconteceram na cidade há poucos dias, eu diria há 15 dias, com as fortes chuvas, acabaram queimando alguns motores devido ao calor, e

uma série de questões que aconteceram na cidade, acabou faltando água em alguns bairros da cidade – vejam só. E o prefeito esteve em um dos bairros da cidade, casualmente em um dos bairros em que tenho enorme inserção de trabalho há muito tempo, que é o caso do bairro São José, Vila Morro da Cruz, assim como outros vereadores e vereadoras, e, ao ouvir a população, percebeu a importância do estado de emergência e repor parte de servidores em tempo, eu diria, para conserto de inúmeras bombas, ou até mesmo construção e colocação de caixas d'água, rede, e assim por diante. Esses servidores emergenciais, que ele solicita no projeto de lei, são temporários. No projeto de lei percebemos que o poder público, no caso o prefeito municipal, solicita autorização da Câmara, nobre líder, Ver. Janta, para contratação de 37 técnicos para o DMAE. Nós sabemos que, se tivesse havido concurso e, conseqüentemente, um banco de recursos humanos, de RH, não haveria necessidade de fazer isso agora, já tinha chamado os técnicos. Então, pedir para que haja concurso público não é impor ao governo, agora, concurso público; a emenda fala em 180 dias. E depois de fazer o concurso ainda tem mais um tempo. O importante é esse banco de recursos humanos que todos os governos deveriam ter, eu diria, em todas as secretarias, é uma prevenção para uma emergência ter essa disposição de servidores concursados. Essa é uma das emendas, a Emenda nº 02, mas a Emenda nº 01, e aí queria chamar a atenção para algo que o próprio governo acabou fazendo isso que estamos propondo – o secretário Cassio Trogildo está aqui, esteve na visita também com o prefeito, para criar uma equipe de trabalho – essa equipe de trabalho foi constituída com servidores, dez servidores. Em dez dias foram colocadas apenas dez caixas d'água; são mais de 300 caixas d'água que serão colocadas. Se o poder público municipal tivesse feito, como aconteceu no Rio de Janeiro, Ver.^a Laura: no Rio de Janeiro, no dia seguinte, o próprio poder público municipal abriu uma frente de trabalho para que as pessoas do mesmo bairro pudessem se cadastrar para poder trabalhar – olha a novidade: pessoas que conhecem onde mora o João, a Maria, o Pedro, bem como a necessidade da importância de ter uma frente de trabalho numa emergência. Então, a Emenda nº 01 trata dessa possibilidade de uma emergência; o governo constituiu uma frente de trabalho para emergência, mas só com servidores públicos. E já está faltando, está faltando muito, não necessita agora de uma frente de emergência somente com técnicos; é preciso ter outras pessoas – podem até não entender muito, mas que seja uma forma de ser útil nesta emergência para o trabalho, e vai valorizar as pessoas que moram no mesmo bairro, são mais de 12 bairros em que faltou água. Por que não criaram as frentes de trabalho? Nós precisamos que o governo avalie, do ponto de vista estrutural e emergencial, que outras capitais, outros estados já o fazem numa emergência; aconteceu aqui em Porto Alegre, em outros anos, os prefeitos também tiveram que fazer isso; então, solicito a gentileza e a compreensão do governo em poder aceitar as emendas que ora estamos propondo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLE nº 003/22.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLE nº 003/22.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 003/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Leonel Radde, ao PLE nº 003/22.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLE nº 003/22.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLE nº 003/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 003/22.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Quero iniciar a minha fala de discussão sobre esse projeto que, sim, é uma necessidade ter mais trabalhadores contratados para dar conta do desabastecimento de água, da situação de drenagem do Município. Mas eu quero iniciar saudando a luta e mobilização dos trabalhadores da MG Terceirização, que estão desde o período da manhã se mobilizando em frente à Prefeitura. A MG é uma empresa que presta serviço para o DMAE, ou seja, presta um serviço para a Prefeitura de Porto Alegre. E é uma lógica de trabalho que nós já enfrentamos anteriormente com outras empresas, como a Multiclean. A MG também presta serviço para as escolas no Estado, na rede estadual de educação, e sucessivamente vem colocando os trabalhadores numa condição de ter que ir para rua protestar, reivindicar para receber os seus direitos trabalhistas. Terceirização do trabalho do DMAE, a contratualização, a parceria público-privada é algo que nós viemos discutindo aqui, nesta tribuna, em outras situações também que nos coloca que, primeiro, onera os cofres públicos, presta um serviço malfeito para a população, porque hoje os trabalhadores estão tendo que ir para frente da Prefeitura, e quem é que está executando esse serviço? Em última instância, também não organiza essa memória do Município em relação às manutenções que têm que ser feitas na nossa cidade. Então são trabalhadores rotativos, mal remunerados, que são assediados e que estão hoje sem o seu salário em dia. Então quero saudar a luta desses trabalhadores da MG Terceirização, e ao saudá-los denunciar também esse modelo, que é um modelo que vem sendo implementado no Município, no Estado, de precarização do trabalho. Quando nós defendemos o concurso público, justamente é para preservar essa memória, esse corpo

técnico, essa capacidade de tecnologia acumulada, que está expressa nos servidores públicos. Na ordem do público, são servidores que são fundamentais para a gente conseguir identificar os problemas, elaborar projetos, fazer execução, fazer os balanços, isso não se resolve em contrato de dois, três, quatro anos. Então, a gente precisa dessa memória resguardada. Concurso, para nós, é pressuposto de uma qualidade de um entendimento de que as pessoas que pagam para ter os equipamentos públicos, para ter os seus direitos garantidos, eles merecem mais, e merecem melhor do que vem sendo feito. Terceirização, para nós, é um problema que temos que enfrentar no nosso Município, porque é uma geração de trabalho precário, onerando os cofres públicos. Agora, alguém vai ter que pagar essa conta, alguém vai ter que pagar esses trabalhadores. A empresa terceirizada está dizendo que não vai pagar. Novamente esse pingue-pongue, e quem paga por tudo isso é a população, a população que trabalha e que paga os seus impostos e não está recebendo um trabalho digno nesse sentido.

Outra questão também que eu queria colocar nesse debate de abastecimento de água, de rede de esgoto, de drenagem, tem uma lógica na cidade de Porto Alegre que tem que estar combinada com este debate aqui. Eu ouvi do diretor Alexandre, do DMAE, algumas vezes ele falar que as pessoas moram em lugares que não deveriam morar, moram em beira de arroio, moram em área de risco, moram em cima do morro, e depois os equipamentos públicos têm que se virar, como ele colocou, para chegar e conseguir abastecer essas pessoas que moram e ocupam, como se as pessoas escolhessem ocupar aquelas áreas. E contraditoriamente, esse diretor do governo Melo, e o próprio governo Melo, está trazendo aqui, para a Câmara de Vereadores, um projeto de lei que quer vender cem imóveis bem localizados do Município para a iniciativa privada, imóveis que deveriam servir inicialmente para a política de moradia. Então, para a pessoa que está morando em área de risco, lá no Morro da Cruz, por que essa pessoa não pode morar na Azenha? Por que essa pessoa não pode morar na Ipiranga? Por que essas áreas que estão sendo negociadas não podem servir para uma regularização fundiária decente, onde já têm os equipamentos públicos, onde já têm as redes, onde já têm creche, onde já têm CRAS? Porque, realmente, é ilógico a Prefeitura ter que levar todos esses equipamentos para periferia da cidade. Nós queremos que o povo acesse o Centro, acesse os espaços de lazer, de cultura e os equipamentos públicos de qualidade. Então, também temos que rever, e eu digo isso porque é um debate combinado, está na Ordem do Dia hoje esse projeto de lei, que quer vender imóvel público, do povo de Porto Alegre, que do nosso ponto de vista não era para servir para fazer caixa, para vir aqui o secretário de finanças dizer que a gente está com caixa sobrando. Para nós, o caixa da Prefeitura tem que servir para levar dignidade para as pessoas e num sentido lógico. Não faz sentido realmente ficar expandindo, expandido rede de esgoto de drenagem, fazendo obra, obra, obra, sendo que tem espaço em Porto Alegre para todas as pessoas viverem bem. É esse o debate que a gente quer colocar aqui também. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 003/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate sobre saneamento. Era para ser um direito básico, mas, claro, o prefeito, que outrora fora vice, vocês sabem, deixou a população mal. Tanto é que naquela vez concorreu e não ganhou, porque fez má gestão, péssima gestão – o povo virou as costas. O problema é que veio um sujeito de paraquedas e ajudou a destruir mais ainda. Sim, é possível, destruir mais ainda o DMAE. E hoje nós temos no DMAE pouco mais de mil funcionários; nós tínhamos quase 3 mil – isso tem que ser falado aqui! É por isso que falta água, é por isso que não tem tratamento de esgoto, é por isso que alagam as residências da capital. Como um departamento que outrora tinha 3 mil funcionários, agora tem pouco mais de mil, não tem como garantir água. Os funcionários não são máquinas, são pessoas. Chega no final do dia a equipe tem que ir embora, dormir, se alimentar, cuidar da vida, tem que ter outras equipes, tem que ter mais equipes. Se estoura um encanamento no final de semana, sabe por que fica dois dias esperando para reestabelecer o funcionamento, muitas vezes de uma rede de água, de esgoto? Porque não têm equipes, está escrito aqui no projeto. O projeto é a delação do governo, do sucateamento do Departamento Municipal de Água e Esgoto. O governo diz que não há funcionários e coloca temporários, sabe por quê? Porque tem o desejo privatista, não quer permanentes, porque, no futuro, quer vender água como mercadoria. Não vai levar água para a população pobre, quem vende água, vende para quem paga, não vai vender com tarifa social. Não vai ter mais tarifa social, como a Corsan não terá, esse é o neoliberalismo. E sabe por que a Gerência de Manutenção Industrial – Gman está assim? Porque não fizeram concursos, não tem como nomear. Tem um soldador lá, ainda bem que está vindo uns temporários, mas temporário não adianta, tem que saber consertar os motores; a empresa contratada, terceirizada lá, agora, há pouco tempo, estragou o motor de mais de R\$ 200 mil, essa empresa tem que pagar. Tem que pagar, tem que ser descontado do contrato. Tem que saber consertar o motor, se não sabe, não pega o contrato. Mas aí o governo negligente deixa o povo a ver navios, porque apresenta um paliativo momentâneo, como se a ausência de água potável nas zonas mais altas, Zona Leste e Zona Sul, pudesse ser resolvida por apenas seis meses, por apenas um ano. Não! É necessidade permanente, tem que ter quadro permanente! Vocês querem esgotar a paciência do povo, vocês desafiam o povo de Porto Alegre. Este povo não vai aguentar calado a falta de água. Vocês não brinquem com o povo desta cidade! Este povo é trabalhador, merece, no mínimo, um copo de água para tomar. Ah, os vereadores do governo têm boa água para beber, água mineral. Agora, o povo ficou uma semana sem água – uma semana –, sem conseguir tomar banho, sem conseguir cozinhar, temos vídeos de diversas mulheres e homens, trabalhadores, e vocês apresentam esse projeto! Eu vou votar, claro, porque é melhor isso do que nada! Mas, de fato, o que temos hoje é um nada! Tudo para o alto empresariado, tudo! O prefeito vai a Brasília buscar dinheiro para os empresários de ônibus: “Quero dinheiro, precisamos de dinheiro para o transporte, senão vai aumentar a passagem” – sempre na

ameaça. Por que não trouxe ainda? Ué, não era bolsonarista? Como é que é? Prefeito Melo, o senhor tem que trabalhar. Esse senhor que está lá no DMAE não trabalha, ele esteve lá um ano e não sabe o que é o DMAE? Que falta RH, não nomeou, não fez concurso! Não tem competência para garantir o mínimo, que é um copo de água para a população. Para concluir, Presidenta, eu gostaria muito de não ver essa repetição no próximo verão: falta de água. Trabalhem! Vocês estão com o salário em dia, o prefeito ganha R\$ 19 mil, tem que trabalhar, o mínimo é água na torneira da Dona Maria e do Seu João. Obrigada.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLE nº 003/22.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde colegas vereadoras e vereadores. Muitas vezes alguns projetos que nós trazemos aqui, nobre novo líder do governo, Ver. Claudio Janta, parece que estamos debatendo apenas temas gerenciais, mas eles, de fundo, nos colocam diante de uma concepção de estado, do poder público. Em um mês que nós retornamos do recesso legislativo, essa já é a quarta contratação temporária que nós estamos aprovando nesta Casa. Isso visa muito sobre a visão da máquina pública, sobre a precarização da execução dos seus serviços. E no tema da água, isso é de forma muito latente, encontramos, a cada ano, de forma mais expressiva. Inclusive, o prefeito, que aqui estava no início desta sessão, admitiu a fragilidade da organização e do gerenciamento do DMAE nos últimos anos, e que hoje faz nós encontrarmos situações tão delicadas como a falta de água em tantos bairros de forma tão aguda e que faz com que nós precisemos, de fato, encaminhar soluções que consigam qualificar, sanar a demanda, mas qualificar o serviço ofertado. É nesse sentido que nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, estamos aqui propondo duas emendas ao projeto; uma, é a perspectiva de concurso público, na condição de conseguir qualificar e edificar o serviço público prestado; a segunda, em frente de contratações para implementação das caixas d'água, contratando pessoas, trabalhadores das próprias regiões a que serão ofertadas. Mas é importante compreender que nós debatemos aqui a precarização do DMAE porque nós vivemos uma perspectiva de gerenciamento da coisa pública numa perspectiva privatista que terceiriza e precariza o serviço ofertado. Infelizmente isso não é algo restrito à visão de Porto Alegre de gerenciamento, inclusive isso é uma visão que tem se estendido em nível estadual e a diversos municípios, um debate que nós temos feito amplamente no Estado, inclusive sobre o papel da Corsan, a defesa da Corsan pública. Portanto, essa visão liberal que vai esfacelando o Estado, a prestação dos seus serviços, é o que está posta hoje no debate na nossa sociedade, no Brasil, em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. O projeto de terceirização, portanto, nega direitos de qualificação aos trabalhadores e nega direitos da garantia de um acesso qualificado ao serviço público, ao serviço ofertado à população. Os funcionários da MG Terceirização que a Ver.^a Karen citou muito bem,

prestam serviço ao DMAE, protestam há dias pelo seu 13. Nós estamos hoje no dia 21 de fevereiro; eles protestam a quantos dias sobre o 13ª que eles não receberam? O DMAE rescindiu com a empresa, não deu garantia aos trabalhadores, e os seus salários, verbas rescisórias, estão aí postas. Isso mostra a dramática situação de uma perspectiva privatista de gerenciamento dos serviços do DMAE na nossa cidade que não vem de hoje, mas que se aprofunda. O desmonte das políticas de saneamento faz da falta de água um drama, assim como em Porto Alegre, em diversos outros municípios como nós podemos encontrar. São cenas dramáticas que trazem a própria estiagem em diversos municípios do nosso Estado, marcados pela inoperância e má gestão de governos, trazem uma agenda liberal que liquida com o serviço público na nossa cidade, no nosso País. Aqui, no Rio Grande do Sul, tivemos mais de 5 mil famílias que ficaram sem água, 140 mil propriedades sem acesso à água. Eu coloco esses elementos mais amplos para nós compreendermos que é uma visão de Estado, uma visão de gerenciamento da coisa pública que leva à destruição do serviço público, à destruição daquilo que é prestado. Nós, obviamente, vamos votar no projeto, mas apresentamos emendas que compreendemos como sendo simples na perspectiva da qualificação do serviço ofertado e na garantia inclusive da qualidade da medida paliativa, que são as caixas d'água nos bairros aos moradores da nossa cidade que sofrem paulatinamente, anualmente, com cenas dramáticas de ficar 40 dias sem água na sua casa. Quem sofre sabe, sabemos, todo mundo aqui acompanhou este ano, de forma bastante conjunta, esse tema. De fato, as nossas emendas vêm nesse sentido, achamos uma lastima que o governo não sinalize as perspectivas de diálogo com as proposições que apresentamos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 003/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Volto à tribuna, saudando nossa Presidenta, colegas vereadores e vereadoras. Lamento que o governo não tem voz neste plenário. Hoje o prefeito anunciava a nova liderança, nem o líder nem o vice-líder falam sobre o projeto, a importância dele e muito menos das emendas. Esta emenda nº 01 é algo que, se o governo votar contra, é votar contra ele mesmo. O governo foi lá, o prefeito, na comunidade e se comprometeu em construir uma frente de trabalho. A frente de trabalho não é só o poder público, vejam o exemplo de outros estados, outras capitais, outros municípios que estão em estado de emergência. No estado de emergência, as pessoas que se cadastrarem para a frente de trabalho ganham uma cesta básica, Ver. Leonel, líder do PT. O governo vai votar contra esta emenda? Onde nós estamos? Me desculpe, Ver. Claudio Janta, o senhor que é o líder, e o secretário de governança, Cassio Trogildo, que não tem voz de fala aqui, nós temos que criar um mecanismo de saber o porquê o governo está votando contra o que ele mesmo pediu lá na comunidade? Na verdade, vi uma certa falta de sintonia com alguns secretários,

porque depois voltamos lá da comunidade, ali na EMEF Morro da Cruz, e o prefeito sentou lá num banco para ouvir de novo a comunidade e ali se comprometeu com o estado de emergência, formação da comissão e uma frente de trabalho. O que a imprensa vai dizer? O prefeito diz uma coisa; a base do governo diz outra. Quero fazer esse apelo, a base do governo está pior que a base do governo Marchezan, não aceita nenhuma opinião da oposição. Essa é a verdade, Ver.^a Karen. Eu não ouço eles falarem, e a comunidade está me cobrando, eu, o autor da emenda, como líder da oposição, sim, mas estive lá e vou lá toda a semana conversar com a comissão e com a comunidade sobre esse problema de mais de 400 caixas d'água que precisam ser instaladas, não foram instaladas 20, e vai continuar assim? As caixas d'água vão ser compradas. Quando vão ser instaladas, em um ano? Mas o que é isso? É uma emergência, por isso é estado de emergência! E o governo não aceita nada. É triste, sinceramente, é triste, é decepcionante, mas o governo tem uma concepção, acho eu, a base do governo, que nem 2% assistem aqui a TVCâmara, "então deixa eles falarem, só eles que falam". A oposição fala, fala, e infelizmente o governo não se pronuncia; quando se pronuncia, o faz com dados equivocados sem justificativa para votar contra uma ideia simples que vai ao encontro do que a população está solicitando. Essa é que é a grande verdade. Por isso peço o apoio dos vereadores para a Emenda nº 01. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 003/22.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Subo na tribuna novamente para discutir nessa perspectiva das frentes de trabalho, que é uma perspectiva muito interessante. A gente sabe exatamente quando tem um processo seletivo, via concurso público, boa parte do nosso povo mais pobre, mais precarizado, a galera que não tem tanto tempo para estudar, não consegue competir, não consegue concorrer, quem acaba assumindo essas vagas é a galera que saiu quentinha da universidade. Quando a gente subiu lá no Morro para discutir a questão da água, a demanda também que veio urgente, Ver. Cláudia, é a questão do trabalho. Na cabeça das pessoas é muito simples, tem demanda no Município de manutenção de rua, de poda, de capina, de meio-fio, de instalação, por que não se criar frentes de trabalho? E aí anteriormente veio aqui o secretário de finanças e colocou que está sobrando caixa no Município. Por que não investe no povo? Porque tem o debate do assistencialismo, da cesta básica, a gente não quer só que as pessoas dependam umbilicalmente do Estado, pior ainda de uma política de governo, a gente quer que as pessoas tenham autonomia. Para ter autonomia, tem que ter emprego e, infelizmente, desde que estou vereadora, há três anos dentro desta Casa, só vejo iniciativas que vão criar ainda mais desemprego, tira o cobrador, põe a maquininha, tira o guardador de veículos, põe o parquímetro, propostas que vieram para cá de tirar o empacotador do supermercado que muitas vezes é o primeiro emprego de

boa parte daquela juventude no Morro, da Lomba, da Restinga. Então, me interessa também ver por parte do governo quais são as iniciativas de geração de emprego de ponta, porque assim a gente defende o concurso público, enquanto uma forma de qualificar o serviço público da cidade, porque é ter memória, é ter quadro técnico, é ter tecnologia resguardada naquilo que é o servidor. Ao mesmo tempo, a gente entende que, para a manutenção, para esse trabalho imediato que precisa ser executado nesse mutirão que está sendo proposto no Morro da Cruz, precisa de força de trabalho, por que não a frente de trabalho? Acho que essa emenda que foi construída, Oliboni, é muito certa, não porque a gente é iluminada, mas é porque a gente ouviu a população, e é viável, sim, é uma questão de força política da comunidade. Coloco muito isso, a importância de a comunidade ter se mobilizado, ter feito um "trancasso" na Bento e na Cristiano Fischer, ter feito um protesto lá em cima do Morro, porque senão boa parte desse debate não estaria acontecendo. Vamos ser honestos, a estrutura muitas vezes se movimenta porque o povo vai para a rua e faz ser urgente. Ao mesmo tempo, como o poder público, como a Câmara de Vereadores dialoga com essas demandas que estão colocadas? Não é só ter a caixa d'água, é pensar geração de emprego, é pensar geração de renda, é pensar esse protagonismo, essa democracia direta que de certa forma o prefeito Melo vai à comunidade, cria uma expectativa, cria uma esperança e, quando vem o projeto de lei aqui para a Câmara, não contempla. É isso que nos incomoda, é isso que nos indigna. Novamente, fazer esse apelo porque é uma emenda boa, uma emenda necessária, uma emenda que não foi elaborada pela oposição, foi elaborada pelo povo no Morro da Cruz e que merece, sim, ser reconhecida enquanto algo imediato para suprir, tanto a demanda da instalação de caixas d'água e da manutenção da rede, quanto também a demanda de emprego, que é estrutural no Brasil e aqui na cidade de Porto Alegre é latente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 003/22.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, colegas vereadores; Ver. Oliboni, vim aqui para o senhor ouvir a minha voz, sei que o senhor estava com saudade de alguém que falasse com o senhor. Estou aqui para lhe responder, então. Inicialmente, nós não estamos aqui para discutir quantos funcionários têm o DMAE, e sim, para buscar soluções e soluções emergenciais. Como todos disseram aqui, e nós concordamos, a água é essencial, é fundamental, e todos devem ter o direito de ter acesso à água. O prefeito Melo entende isso, tanto que ele esteve lá no Morro da Cruz. Nós estivemos lá, o Ver. Aldacir Oliboni e outros vereadores estavam presentes, e o prefeito, na sua fala, pediu que no dia seguinte fosse constituído um grupo pequeno de 10, 12 pessoas da comunidade, e que essas pessoas se reunissem, e elas se reuniram ali

na Siqueira Campos, no dia seguinte, para definir o que seria feito, e foi encaminhado para que fosse imediatamente comprado as caixas d'água.

O Ver. Oliboni está equivocado quando diz que não foram colocadas nem 20 caixas d'água; foram mais de 50, e esse número é crescente. Então eu peço ao senhor que procure saber bem antes de falar o que o senhor não sabe. O prefeito Melo não é responsável pelo sucateamento do DMAE, vem de muitos governos anteriores; ele está buscando a solução. Nós fizemos uma solicitação para o DMAE com relação a Emenda nº 01 e a Emenda nº 02, e o próprio documento já autoriza a contratação de profissionais que tenham as condições de realizar o trabalho, conforme a necessidade técnica, e assim não podemos negar que todo e qualquer profissional possa se inscrever e buscar a sua contratação para trabalhar nas frentes emergenciais como estabelece o decreto. A Emenda nº 02, o DMAE entende que essa seja uma decisão de mérito da gestão, e não emenda do Legislativo. Então nós, enquanto líder e vice-líder do governo, encaminhamos pela rejeição das duas emendas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidenta, a nobre colega falou que eu estou por fora da informação. Eu queria corrigi-la, já que ela acha que eu estou errado, porque o governo comprou e foram 50 caixas d'água até o alto do Morro da Cruz, só que apenas vinte e poucas foram colocadas. Então foram 50 caixas d'água, mas, infelizmente, pela equipe ser pequena, ainda não foram todas instaladas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Está registrado. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Só para informar ao meu nobre colega: vereador, foram mais de 200 caixas d'água, mas, até agora, até o momento, 50 foram instaladas, porque nós temos poucas pessoas para executar. Por isso nós estamos com este projeto sendo votado para que a gente possa contratar. Muito obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 003/22.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 12 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): REJEITADA a Emenda nº 01 ao PLE nº 003/22.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 003/22. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidenta, boa tarde colegas vereadores e vereadoras, boa tarde população de Porto Alegre. Nós viemos aqui encaminhar, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, a Emenda nº 02 a este projeto que tem como objetivo garantir a realização de concurso público nos próximos 180 dias, que é o prazo, mais ou menos, que a gente pode pensar que duraria essa contratação a partir da nossa legislação.

Nós sabemos que o objetivo do prefeito Sebastião Melo – principalmente do seu vice-prefeito Ricardo Gomes, privatista – é entregar absolutamente todos os serviços da nossa Prefeitura para a iniciativa privada. Para fazer isso, é importante que os serviços sejam precarizados, que os serviços prestados para a população sejam de baixa qualidade. Esse é o projeto neoliberal, líder Oliboni, esse é o projeto privatista, entreguista, Ver. Pedro Ruas, e é o projeto colocado em prática pela administração Sebastião Melo. Deixar da pior forma possível, revoltar a população de Porto Alegre para, no final, justificar a privatização e entrega do nosso patrimônio. Assim fizeram com a CEEE, assim fizeram com a CRT, assim estão fazendo com a Corsan.

Em relação ao DMAE, o processo já avança, primeiro, com o antigo DEP, debatendo a entrega para a iniciativa privada de forma aberta, e, com certeza, chegará o momento do DMAE ser atacado. Para isso é importante que a população de Porto Alegre não tenha acesso à água de qualidade, que ela não chegue à sua torneira, que a Prefeitura dê respostas débeis para as demandas da população, e isso vai gerando um sentimento no povo de Porto Alegre de que a única alternativa é entregar para a iniciativa privada. É sempre essa a solução que as administrações da direita, as administrações preocupadas em agradar ao grande capital, são sempre essas as soluções apresentadas, precarizar o serviço, deixar o serviço chegar a um patamar inaceitável, depois vender, como alternativa de que a única forma que temos de ter água é privatizando, porque, através da iniciativa privada, tudo se resolve, e assim se entrega mais um patrimônio, se entrega mais um bem básico importante para gerar vida, que é a água.

Em absolutamente quase todos os países em que a água foi privatizada, os países tiveram que retroceder e trazer novamente para o poder público, porque o serviço prestado era de péssima qualidade e o valor cobrado era altíssimo. Por isso, essa emenda defende o concurso público, defende que a Prefeitura realize concursos e contrate profissionais que tenham compromisso com o serviço público de qualidade. O compromisso na manutenção da entrega de uma água de qualidade, e, diga-se de passagem, Porto Alegre foi considerada a capital com a melhor qualidade de água, líder Oliboni, nas administrações do Partido dos Trabalhadores. Quem se lembra? O DMAE distribuída copinhos em eventos, tamanha a qualidade da nossa água potável. Infelizmente, chegamos nesse patamar que se repete ano após anos, da escassez, das respostas intempestivas do governo e que sempre colocam a população mais carente na linha de frente dessa demanda.

Então, dessa forma, para encerrar, encaminhamos esta emenda e esperamos que seja aprovada porque queremos um DMAE forte, uma Prefeitura que tenha compromisso com um serviço público de qualidade e um atendimento real à população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 003/22.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 12 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA a Emenda nº 02 ao PLE nº 003/22.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 003/22.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 36 votos **SIM**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADO o PLE nº 003/22.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h57min.)

* * * * *